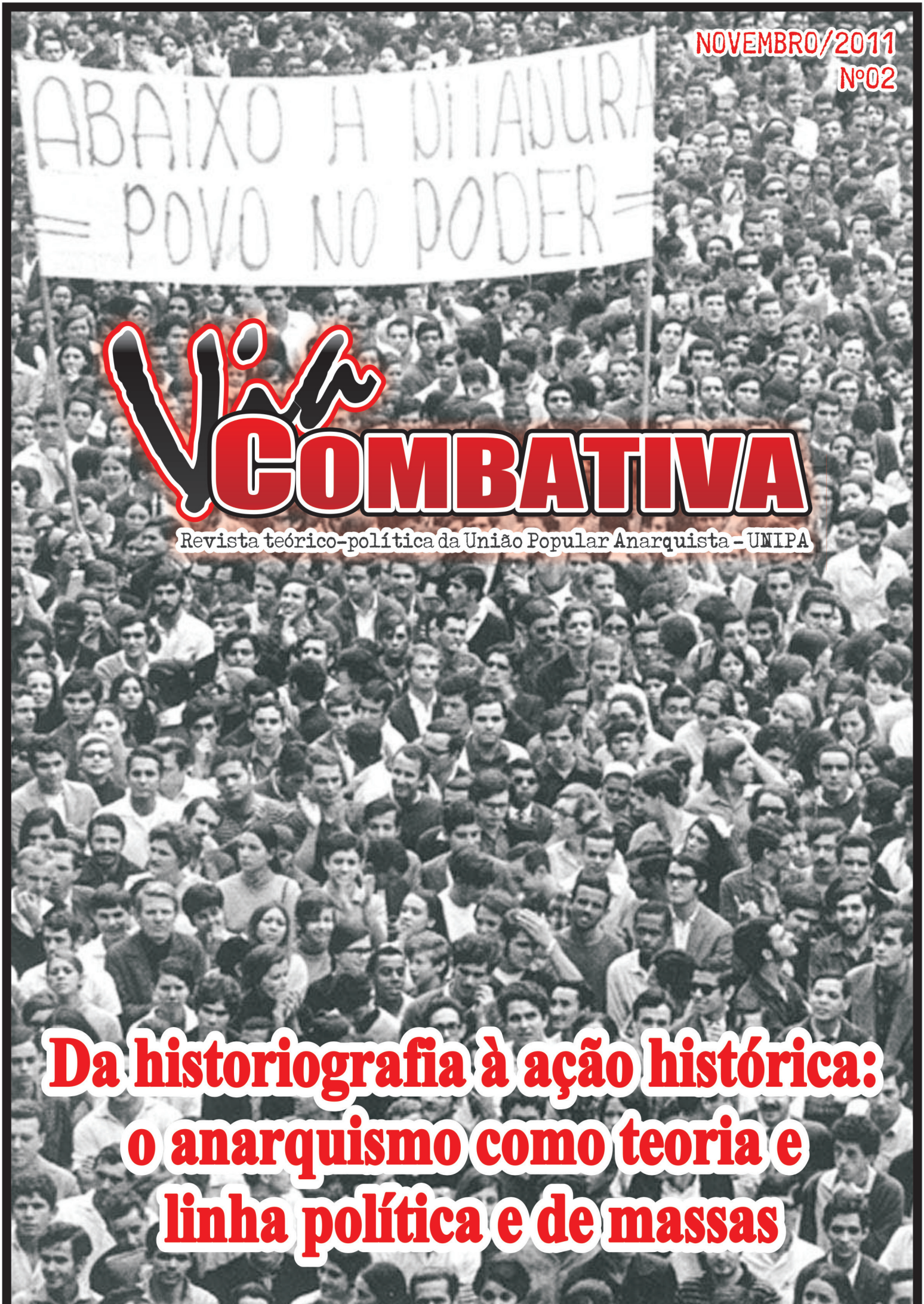
NOVEMBRO/2011
Nº02



Via Combativa

Revista teórico-política da União Popular Anarquista - UNIPA

Da historiografia à ação histórica: o anarquismo como teoria e linha política e de massas

Editorial

O segundo número da revista Via Combativa visa apresentar outra fase de desenvolvimento da teoria anarquista. Nesse sentido, o primeiro número apresentou algumas formulações sobre o pensamento bakuninista na história. Apresentamos outra história do anarquismo – que não era a história de indivíduos nem de acontecimentos isolados. Mas a historia de um contexto, o da formação do movimento operário e socialista. E como naquele contexto, do século XIX, o bakuninismo foi uma das mais importantes correntes.

No primeiro número também apresentamos um sumário das principais bases do pensamento bakuninista. O conteúdo da sua filosofia – o materialismo – e suas principais teses sobre as forças coletivas e sobre o estatismo na história. Dessa maneira, delineamos publicamente algumas das bases do desenvolvimento da teoria anarquista.

Mas o segundo número já coloca um passo adiante. Não se trata mais de falar da história do anarquismo. Ou mesmo de analisar o pensamento de "Bakunin". Essas tarefas foram apenas o passo inicial. A verdadeira teoria começa com a aplicação do bakuninismo enquanto conjunto de teses, conceitos e método de análise à história e sociedade. É essa realização que o número 02 da Via Combativa realiza, mesmo que parcialmente. Ela apresenta a aplicação do método materialista de Bakunin a interpretação de acontecimentos históricos.

Falamos aqui de acontecimentos distintos. O primeiro texto da revista Via Combativa traz um olhar sobre o debate entre "plataformistas e sintetistas" nos anos 1920. Ao contrário do que o ecletismo anarquista e de suas mistificações, como o texto demonstra, todos os anarco-comunistas se alinharam na proposta sintetista. A alardeada contradição entre "especifismo" e "sintetismo" não passa de uma mistificação histórica. O especifismo foi uma crítica do "anarco-sindicalismo" e individualismo, mas aqueles que defendiam a organização especifica – especialmente Malatesta – se aglutinam na proposta de "síntese". O sintetismo foi a evolução final do revisionismo e ecletismo, antes deste tornar-se abertamente contra-revolucionário.

O segundo texto apresenta uma síntese das teses que foram elaboradas para o terceiro congresso da UNIPA em 2007 e que esperamos publicar em breve sob a forma de livro. É a primeira tentativa de fazer uma análise global do desenvolvimento capitalista brasileiro de uma ótica anarquista. Nesse sentido, iniciamos uma síntese histórica – ao contrário do que as atuais correntes neoliberais e mesmo marxistas fazem – que tenta mostrar a lógica do desenvolvimento capitalista brasileiro. O principal argumento do texto consiste em mostrar que "existe um encadeamento entre a teoria marxista e a análise de classes sobre a sociedade brasileira, a estratégia política reformista e os programas defendidos". Assim explicitamos as raízes teóricas do reformismo brasileiro e como a superação das contradições do movimento de massas dependem de uma superação dessa teoria da revolução, que na realidade é uma teoria da reforma.

Os dois outros textos são textos de conjuntura. Um artigo tem por objetivo analisar o significado sociológico e histórico da Lei nº 11.648 (que substitui o PL 1990/2007), conhecida com a "Lei das Centrais Sindicais". Essa lei operou a conversão das centrais sindicais em centrais oficialistas, num contexto socioeconômico de acumulação flexível de capitais, onde as imposições da reestruturação produtiva implicam na precarização, na fragmentação, no desemprego estrutural e na ampliação das formas de superexploração da força coletiva dos trabalhadores. Esse acontecimento sequer foi problematizado dentro do movimento sindical. Foi alardeado como uma "conquista" mesmo pelos setores que se dizem de oposição. No interior da CONLUTAS no período 2007-2008, a UNIPA defendeu uma política de combate à lei das centrais sindicais. E ninguém, nem mesmo o eclestismo-revisionista anarquista vai além de palavras de ordem genéricas e analisa o significado desse movimento histórico de estatização do sindicalismo.

Por fim, o nosso último artigo é um desdobramento dos anteriores sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro e a luta de classes. Ele faz uma análise das eleições presidenciais em 2010. E mostramos que apesar da vitória de Dilma/PT, existe um amplo espaço para o desenvolvimento de uma linha de luta de massas revolucionária. Basta romper com a mistificação da política burguesa (de que fazer política é fazer a política burguesa em escala nacional) e fazer a política proletária em escala local, mas estrutural. Isso significa levantar temas que afetem a estrutura da estratégia de dominação e acumulação capitalista.

Dessa maneira a revista Via Combativa pretende continuar sua missão: articular teoria e prática. Esse segundo número avança nessa realização. Esperamos que ela possa ser um instrumento de formação de militantes revolucionários e de ativistas da classe trabalhadora em geral.

ANARQUISMO É LUTA!
BAKUNIN VIVE E VENCERÁ!

SUMÁRIO

Plataformismo X Sintetismo:
Da crise do anarco-comunismo ao resgate do bakuninismo

Página 4

Esboços da Teoria Anarquista da Revolução Brasileira:
Análise do desenvolvimento capitalista brasileiro e das lutas de classes (1980-2011)

Página 12

A incorporação das centrais sindicais à estrutura do Estado e a consolidação do sindicalismo oficialista no Brasil
Página 22

A política revolucionária e a pequena política burguesa e reformista:
Balanço anarquista das eleições 2010 no Brasil e o cenários para os próximos anos

Página 30

Fotos:
Capa: Marcha dos Cem Mil, junho de 1968, Rio de Janeiro, Brasil (esq.)
Contra-capa: David Alfaro Siqueiros - *Struggle for Emancipation,* 1961 (dir.)

Via Combativa

Revista teórico-política da
União Popular Anarquista - UNIPA
Nº02 - Novembro de 2011

E-mail de contato:
unipa_net@yahoo.com.br
Página na web:
www.uniaoanarquista.org

Plataformismo X Sintetismo:
Da crise do anarco-comunismo ao resgate do bakuninismo

"Com mais de vinte anos de experiência e atividade revolucionária, vinte anos de esforços nas fileiras anarquistas, e de esforços que encontraram-se com nada além das falhas do anarquismo como movimento organizado; tudo isto tem nos convencido da necessidade de um partido anarquista originado numa teoria, política e tática homogêneas".
Arshinov, 1927

1) O Anarquismo e o "Grande Abalo": a crítica "plataformista" e seu significado histórico.

Em junho de 1926, a publicação na França de um documento intitulado "*A Plataforma de Organização dos Comunistas Libertários*" (assinado pelo grupo de exilados russos *Dielo Trouda*), causou um profundo impacto e mal estar entre anarco-comunistas, anarco-sindicalistas e individualistas, especialmente na Europa. Entre os que assinavam o documento estavam Nestor Makhno, principal liderança do Exército Insurgente da Ucrânia, e Piotr Arshinov, um operário e guerrilheiro, ambos veteranos da revolução e da guerra civil russa (1917-1921).

Errico Malatesta, um dos principais anarco-comunistas da época, se pronunciou de maneira clara e categórica, contra os pressupostos estabelecidos pela Plataforma: *"Ora, sendo a organização proposta tipicamente autoritária, não só não facilitará a vitória do comunismo anarquista, como falsificará o espírito anarquista e resultará no contrário do que esperam seus organizadores"* [1]. Vóline, um anarco-comunista russo exilado na França escreveu o seguinte: *"Concluindo, o único ponto original na Plataforma é seu revisionismo em direção ao Bolchevismo, escondido pelos autores..."* [2].

Os "plataformistas"[3] foram acusados de "desviarem-se do anarquismo", de trilharem uma perigosa fronteira com o "bolchevismo" e com as ideologias "autoritárias". Mas na realidade, os Plataformistas, ao contrário do que seus críticos afirmavam, não estavam "rompendo" com o "anarquismo em geral", mas sim com o ***revisionismo anarco-comunista***. A análise da polêmica *"plataformistas X sintetistas"*, se torna assim central para a compreensão da história do anarquismo enquanto ***categoria/conceito, teoria política e movimento***, assim como a luta de classificações em torno da categoria e a diferença do anarquismo enquanto fenômeno histórico, de outras ideologias e teorias – como o anarco-comunismo.

Soldados do Exército Makhnovista empunham estandarte com os dizeres: *"Morte aos que roubam o povo trabalhador".*

Com este texto, iremos demonstrar que: 1º) a cisão provocada pela *Plataforma* expressa uma cisão em relação à concepção anar-

co-comunista em suas teses fundamentais; 2º) os plataformistas, ao romperem com a concepção anarco-comunista, irão se aproximar da concepção ***bakuninista*** em uma série de aspectos (concepção de organização, conceito de revolução), concepção esta criticada e abandonada em favor do anarco-comunismo em 1876-1880. Assim, a crise dos anos 1920 que diversos "anarquistas" indicavam no movimento, foi a crise do ***"anarco-comunismo"***, do revisionismo e do ecletismo, do seu referencial teórico e prático [4].

A análise da luta teórica entre *"plataformistas e sintetistas"* permite a compreensão da história do anarquismo [da formação (1848-1871), da ascensão (1878-1900) e queda relativa (1914-1930) do revisionismo anarco-comunista], assim como da teoria da revolução e da organização política no ***anarquismo*** e no ***anarco-comunismo***. Neste sentido, esta análise permitirá a apresentação da teoria da organização política bakuninista dentro do quadro geral da teoria anarquista da revolução, e a compreensão da oposição anarquismo X anarco-comunismo em perspectiva histórica.

2) "Síntese Anarquista" X "Plataforma de Organização": raízes teórico-ideológicas da cisão.

Uma rápida cronologia e contextualização histórica se fazem necessárias para compreendermos as teses da *Plataforma*. O contexto histórico em que surge o documento da Plataforma de Organização é marcado por duas características fundamentais: 1) a experiência de uma "onda" revolucionária na Europa no período 1917-1922 (Rússia, Alemanha, Hungria, Itália) com um grande ascenso do movimento de massas, com greves gerais e insurreições; 2) o início de uma crise e refluxo deste mesmo movimento, com o avanço da ***contrarrevolução estatista*** (nazifascista e stalinista); a Marcha de Mussolini sobre Roma, em 1922; a vitória da Ditadura do Partido Comunista sobre as oposições externas e depois de Stalin sobre as "oposições internas" que culminaram com a expulsão de Trotsky, em 1927, por exemplo [5].

Assim, a contradição entre a possibilidade concreta de uma revolução social e a realidade das derrotas insurrecionais e a vitória das contrarrevoluções, estava dada. A Plataforma realiza um diagnóstico da situação do "anarquismo" e seu papel dentro desta conjuntura histórica e perante estes principais acontecimentos.

Nestor Makhno e Piotr Arshinov fundaram o Grupo Dielo Trouda, no exílio na França em 1925 e começaram então a publicar a revista *"Dielo Trouda"*. Esta revista foi utilizada como instrumento de propaganda e organização, de onde foi realizada a luta teórico-ideológica. No ano de 1927 o Grupo *Dielo Trouda* promoveu uma série de iniciativas no sentido de criar a união geral dos anarquistas como uma organização internacional. Em 5 de fevereiro deste ano realizaram um convite a uma "conferencia internacional"; que se realizou em 20 de abril de 1927, em Hay-les-Roses[6]. A elaboração da Plataforma faz parte deste esforço de tentar criar uma organização internacional e retomar a luta revolucionária.

Os debates sobre a organização anarquista na realidade se iniciaram antes, já que alguns anarco-comunistas começaram a publicar documentos em seus jornais em favor de uma proposta de "síntese anarquista". Em março de 1926 a revista *Dielo Trouda* publicou um texto intitulado *"O Problema da Organização e a Noção de Síntese"*, que se apresentava já como uma crítica do tipo de organização e teses teóricas sustentadas pelos sintetistas e esboçava aquilo que seria a posição política *plataformista*. O quadro abaixo (p.6) permite a visualização da evolução dos debates, a nível internacional.

Mas quais as questões teóricas e práticas implicadas no debate entre "plataformistas" e "sintetistas" [7] ? Podemos dizer que são dois conjuntos de questões: 1) a questão do tipo de "organização política"; 2) e através desta questão, chegou-se inevitavelmente a discussão e luta de classificação acerca do conceito de *"anarquismo"* (e do seu substrato teórico-ideológico).

Identificamos então 16 textos que dialogam entre si, num período de pelo menos cinco anos, entre 1925 e 1930. Este debate, que se inicia entre exilados russos na França, irá se internacionalizar, envolvendo especialmente os anarco-comunistas italianos, como Errico Malatesta e Luigi Fabri. É importante indicar que especialmente na França, tal debate teria uma repercussão importante, e alguns grupos iriam se alinhar com os Plataformistas [8].

O debate plataformistas X sintetistas está inserindo assim no processo histórico, e deve ser compreendido em relação aos conflitos de classe e ao movimento operário. Nos anos 1930 não temos elementos que permitam monitorar o debate na Europa; sabemos que em 1933 Piotr Arshinov retorna a URSS, e é assassinado em 1937 sob acusação de tentar "reinstaurar o anarquismo" [9]; Nestor Makhno morre em 1934. Ou seja, os principais articuladores da Plataforma morrem muito pouco tempo depois de iniciado o debate.

3) "A Plataforma de Organização"

A principal característica da Plataforma é identificar um problema: a crise do anarco-comunismo, a sua real situação e lugar nas lutas da classe trabalhadora. E também identifica causas que explicam esta situação, como abaixo:

> *"É muito significativo o fato de que, apesar da força e o caráter incontestavelmente positivo das ideias libertárias (...) o movimento anarquista permanece fraco a despeito de tudo, e tem aparecido, frequentemente, na história de lutas da classe trabalhadora como um pequeno acontecimento, um episódio, e não um fator importante. (...)".*

> *"No entanto, sem sombra de dúvidas, esta desorganização se origina de alguns defeitos de teoria: notavelmente de uma falsa interpretação do princípio de individualidade no anarquismo: sendo esta teoria frequentemente confundida com a total falta de responsabilidade, Os amantes da asserção 'eu', com o interesse voltado unicamente para o prazer particular, agarram-se obstinadamente ao estado caótico do movimento anarquista e citam em sua defesa os princípios imutáveis do anarquismo e seus professores. (...) Mas os princípios imutáveis e os professores têm mostrado*

CRONOLOGIA DO DEBATE "PLATAFORMA" X "SÍNTESE"

Autor/Texto	Ano	Autor/Texto	Ano
"O problema da Organização e a Noção de Síntese" (in Dielo Trouda Nº. 10)	Março de 1926	Makhno, Nestor ***"Resposta a um Projeto de Organização Anarquista"***	1928
Arshinov, P. & Makhno, N. ***"A Plataforma de Organização dos Comunistas Libertários"***	Junho de 1926	Faure, Sebastián ***"La noción de Síntesis"***	1928
Arshinov, P. ***"Suplemento a Plataforma"***	Novembro de 1926	Arshinov, P. ***"O Velho e o Novo no Anarquismo"*** (in Dielo Trouda Nº. 30)	Maio de 1928
Voline at all ***"Réplica a Plataforma"***	Abril de 1927	Arshinov, P. ***"Elementos viejos y nuevos en el anarquismo"*** (in Dielo Trouda, No.31-32)	Novembro/Dezembro de 1928
Arshinov, P ***"Respostas aos Confusionistas do Anarquismo"***	Agosto de 1927	Malatesta, Errico ***"Resposta a Nestor Makhno"*** (in Risveglio)	Dezembro de 1929
Fabri, Luigi ***"Su un progetto di organizzazione anarchica"*** (in Il Martello, New York, 17/24)	Setembro de 1927	Malatesta, Errico ***"A Propósito da Responsabilidade Coletiva"*** (in Studi Sociali)	Abril de 1930
Malatesta, Errico ***"Um Projeto de organização Anarquista"*** (in Il Risvelgio)	Outubro de 1927	Makhno, Nestor ***"Una Segunda Carta a Malatesta"*** (in Le Libertaire)	9 de Agosto de 1930
Berneri, Camilo ***"A Plataforma"*** (in Lotta Umana, Paris, N°5)	3 de Dezembro de 1927	Voline, ***"La Sintesis Anarquista"*** (in L'Encyclopédie Anarchiste)	1934

exatamente o contrário". (Arshinov & Makhno, 2002, p.35).

A *Plataforma* indica o problema da "desorganização como a principal característica do "anarquismo". Mas devemos notar duas características fundamentais no diagnóstico realizado pela Plataforma: 1º) a desorganização era consequência não da inexistência de "grupos e organizações", mas sim do seu caráter (localista e empirista, sem base teórica); 2º) era consequência do predomínio das teses individualistas, assimiladas e desenvolvidas dentro destes grupos e organizações. Além disso, a Plataforma irá invocar os teóricos do anarquismo - inclusive Bakunin, para legitimar suas posições.

Ou seja, o tipo de organização (e a consequente desorganização) deriva diretamente da teoria (teses) assumidas como pressupostos. A Plataforma não somente indica a necessidade da teoria, mas indica, dentro de uma situação histórica e um problema particular, o lugar de centralidade da teoria. A falta de importância do anarquismo na luta de classes, seu "fracasso" na revolução russa, poderia ser explicada em parte, pela "desorganização" que era o produto dos desvios teóricos.

Entretanto, a Plataforma avança e indica outro elemento. Não somente afirma a necessidade de uma organização política, mas defende um ***tipo particular de organização política***, com princípios determinados:

"No entanto, não é o bastante reconhecer a necessidade vital de tal organização: é também necessário estabelecer o método para sua criação. Nós rejeitamos como teoricamente e praticamente inapta a ideia de criar uma organização baseada na receita da 'síntese', que está reunindo os representantes de diferentes tendências anarquistas. Tal organização tendo incorporado elementos teóricos e práticos heterogêneos, seria apenas uma reunião mecânica de indivíduos, cada qual possuindo um conceito diferente das questões do movimento anarquista, uma reunião que eventualmente se desintegraria ao entrar em contato com a realidade." (LL, P.37).

Desta maneira, a Plataforma se contrapõe a proposta de "Síntese Anarquista", que havia sido desenvolvida desde os anos de 1923-25, onde vários dos seus tópicos só podem ser compreendidos plenamente pelo debate que realiza com as teses acerca da síntese. A Plataforma se contrapõe também ao anarcosindicalismo, indicando que esta visão recusa o problema da "organização anarquista", e que logo, não poderia resolvê-lo. A Plataforma defende que a organização anarquista deveria cumprir um papel dirigente, teórico e prático, e não somente propagandista e educacionista **[10]**, na revolução social:

"O papel dos anarquistas no período revolucionário não pode ser restrito somente à propagação das palavras de ordem e das ideias libertárias. A vida não é só uma arena para a propagação desta ou daquela concepção, mas também, e da mesma forma, uma arena de luta, de estratégia, e de aspirações destas concepções na direção da vida social e econômica".

"Mais do que qualquer outro conceito, o anarquismo deveria se tornar o conceito dirigente de revolução, pois é somente dentro da base teórica anarquista que a revolução social pode ser bem sucedida na total emancipação dos trabalhadores" (LL, P.45).

Ou seja, o que estava em discussão no debate *"Síntese X*

Plataforma", não era a necessidade ou não de uma organização anarquista (plataformistas e sintetistas defendiam tal necessidade), mas sim o ***tipo de organização política, seu papel na luta de classes*** e suas ***bases teóricas***. A síntese defendia o ecletismo teórico, a plataforma a unidade teórica (entendendo-se por isso, a defesa de uma "teoria", e não a tolerância para com diferentes teorias contraditórias). Esta discussão exigiu a definição do conceito de ***anarquismo***, uma luta de classificações em torno deste conceito.

Os principais elementos teórico-ideológicos da Plataforma que se opõe ao Sintetismo são: 1º) o princípio da luta de classes e o defesa do caráter de classe do anarquismo, sendo a relação do anarquismo com a luta sindical (em sentido amplo), um pressuposto da ideologia anarquista e não "uma escolha"; 2º) a defesa da revolução como a guerra revolucionária; 3) a defesa da teoria do valor trabalho, como princípio da organização social e política; 4º) a critica da democracia burguesa, anti-colaboracionismo; 5º) a negação do Estado, a afirmação da capacidade criativa da classe trabalhadora; 6º) a defesa da aliança operário-camponesa -"*inteligentsia* proletária", como sujeitos da revolução social; 7º) a afirmação do papel de direção da teoria e organização política; 8º) a crítica do programa "comunista" e "socialdemocrata", apontando-se para a recusa da "fase de transição". Todos estes elementos visam criar uma diferença, tanto em relação aos grupos anarco-comunistas então existentes, quanto em relação à socialdemocracia (2º Internacional) e comunismo internacional (3º Internacional). Por isso, a formulação de um esboço de programa e a crítica da "fase de transição" (lembremos que na URSS, em 1927, se vivia exatamente o que se considerava ser esta "fase").

É importante notar então que primeiramente a Plataforma recusa a proposta de "síntese anarquista" e que depois disso, o debate e luta entre sintetistas e plataformistas alcança outra dimensão. Os defensores da síntese apresentarão a crítica a Plataforma.

4) A "Síntese Anarquista"

Dois textos declaram nitidamente a proposta de uma organização baseada no princípio e na teoria da síntese, o de Sebastian Faure "A Noção de Síntese" e o de Volin "A Síntese Anarquista". O texto de Faure inicia por um diagnóstico:

> *"Na França, como na maior parte dos países, se distinguem três grandes correntes anarquistas, que se pode designar do seguinte modo: o anarcosindicalismo; o comunismo libertário; o individualismo anarquista" (...) "As três correntes são distintas, mas não opostas." (p.1).*

> *"Daí a necessidade urgente de organizações propriamente anarquistas que, tanto de dentro como de fora dos sindicatos, lutem pela realização total do anarquismo e tratem de esterilizar todos os gérmenes de corrupção e de reação." (p. 2).*

O diagnóstico estabelece três afirmações fundamentais: 1) a existência de três correntes dentro do "anarquismo", 2) que a política e forma das relações entre estas correntes estavam causando uma crise no anarquismo em geral; 3) que estas correntes são diferentes teoricamente, mas não opostas [11]. O ponto em comum com a Plataforma é a indicação de uma crise no anarquismo; a diferença radical é a identificação das causas e as soluções políticas encontradas.

O texto de Vóline retoma este ponto:

> *"Se entiende por "síntesis anarquista" una tendencia desarrollada actualmente en el seno del movimiento libertario, que trata de conciliar y "sintetizar" las diferentes corrientes de ideas que dividen a estos movimientos en diversas fracciones más o menos hostiles entre sí. Se trata, en el fondo, de unificar en cierta medida tanto la teoría como el movimiento anarquistas en un conjunto armonioso, ordenado, acabado."(Vóline, p. 1)*

Uma questão que é decisiva é a política dos sintetistas (e dos anarco-comunistas em geral acerca da categoria "anarquismo"). Voline reconhece a necessidade de uma base teórica, mas ao mesmo tempo não quer incorrer nas operações de exclusão que toda teoria exige [12]. Há uma contradição: ao mesmo tempo se busca dar uma definição teórica (o que implica a exclusão de outras definições) e estabelecer um relativismo absoluto em relação à categoria, ou seja, reintroduzir a indefinição teórica do conceito anarquismo.

> *"Por lo tanto, ningún anarquista podría pretender que "su" corriente fuera la verdad única y constante, y que todas las demás tendencias en el anarquismo fueran absurdas. Es, por el contrario, absurdo que un anarquista se deje atrapar en la limitación de una sola pequeña "verdad", la suya, y que olvide así la gran verdad real de la vida: la perpetua creación de formas nuevas, de combinaciones nuevas, de una síntesis constantemente renovada. (Voline, p. 4)*

Veremos que no debate com os plataformistas, a relação com a "verdade" será modificada: o conjunto dos grupos anarco-comunistas, alinhados na defesa da síntese, irão definir que o anarquismo não comporta certas teses, como a dos plataformistas.

Mas os pontos fundamentais da oposição sintetistas X plataformistas está na teoria da organização política, na concepção geral de revolução e no próprio conceito de anarquismo. O papel da "organização política" segundo os sintetistas é:

> *"1. No hay que olvidar nunca la realización de la revolución, que la creación de las formas nuevas de la vida no nos incumbirán a nosotros, anarquistas aislados o ideológicamente agrupados, sino a las amplias masas populares, que cumplirán esa inmensas tarea destructora y creadora. Nuestro papel en esta realización se limitará al de fermento, de elemento de consejo, de ejemplo" (Voline, p. 4)*

Ou seja, o papel da organização política é, segundo os sintetistas, "educacionista", de "educar" (pelo conselho e pelo exemplo) as massas, não de dar um direcionamento político-teórico e cumprir um papel de liderança no processo real da luta de classes, como defendem os plataformistas. Neste sentido, a diferença fundamental da organização sintetista para a or-

ganização plataformista é o papel político (educacionista X dirigente) que cada teoria irá sustentar.

Quando Voline e outros russos escreveriam a *"Réplica a Plataforma"* em abril de 1927, os principais pontos de divergência serão explicitados.

> *"Nos não concordamos com a Plataforma que "a mais importante razão para a fraqueza do movimento anarquista é a ausência de princípios organizacionais". Nós acreditamos que este tema é muito importante porque a Plataforma procura estabelecer uma organização centralizada (um partido): que criaria uma linha política e tática para o movimento anarquista; ela sobre-enfatiza a importância e o papel da organização". (Voline at all, 1927 p.1).*

Assim o papel da organização política, de servir de guia teórico-ideológico para o movimento de massas, é recusado, da mesma maneira que a política de dar definições teóricas claras, assumida pela Plataforma [13]. A organização anarquista tem uma importância secundária, pelo menos em relação ao movimento sindical-proletário.

Outra tese fundamental que os sintetistas negam é o ***caráter de classe da ideologia anarquista***: na "Réplica a Plataforma" é afirmado com clareza:

> *"Nós não podemos afirmar que o anarquismo é uma teoria de classes e rejeitar aqueles que tentam dar um caráter humano. E nós não podemos declarar que o anarquismo é ideal humanitário para todas as pessoas e acusar aqueles que defendem uma base de classe de desvio marxista. (...) Sustentar que o anarquismo é uma teoria de classes é limitá-lo a um único ponto de vista. O Anarquismo é mais complexo e pluralístico, como a própria vida.Seu caráter de classe é sobretudo um meio de lutar pela liberação; seu caráter humanitário é aspecto ético, a fundação da sociedade; seu individualismo é o objetivo da humanidade". (Voline at all, 1927 p.1).*

Precisamos entender o real significado deste debate: os plataformistas defendem o anarquismo como uma teoria da classe trabalhadora, e aceitam o "humanitarismo" como uma dimensão do caráter de classe [14]. Ao afirmar o contrário, que o anarquismo é uma ideologia humana, se afirma que ela abrange tanto a burguesia quanto o proletariado, e estas eram teses defendidas (como plataformistas e sintetistas indicam) por alguns "anarquistas".

Seria um equívoco também considerar que a "síntese" comporta somente uma formula organizativa; ela é senão uma teoria, pelo menos um conjunto de teses políticas, das quais as principais são: 1) o anarquismo é um movimento composto de três correntes igualmente legítimas; 2) a síntese implica a "harmonia" entre estas correntes, acompanhando uma tendência geral da vida ao "equilíbrio e a harmonia", a ausência de conflito; 3) as teorias políticas são estanques em relação à realidade social e material, de maneira que não importa a procedência de classe das ideias e nem seus objetivos; o objetivo principal da organização não é a revolução, mas sim realizar a harmonia entre as diferentes correntes do anarquismo.

5) Os Anarco-comunistas diante do debate sintetistas X plataformistas

O debate *Plataformistas X Sintetistas* acabou trazendo para o seu interior, uma parte importante dos anarco-comunistas da época, especialmente Malatesta e Fabbri. Neste sentido, para compreender as ideias e práticas do anarco-comunismo na história, com relação aos problemas concretos da revolução, precisamos compreender a posição dos anarco-comunistas italianos diante do debate entre sintetistas e plataformistas e dos acontecimentos históricos.

Podemos dizer que os textos de E. Malatesta *"Sobre um Projeto de Organização Anarquista"* (outubro de 1927), de Camilo Berneri, *"A Plataforma"* (dezembro de 1927), e o texto de L.Fabri (todos os membros do grupo ***"Pensamento e Vontade"***) *"Su un progetto di organizzazione anarchica"* (setembro de 1927) marcam uma reação em bloco e sistemática dos anarco-comunistas italianos contra os ***plataformistas*** e em favor, em certos textos, dos ***sintetistas***. Esta posição ganha uma dimensão prática com a recusa do Grupo *"Pensiero e Volontà"* em aderir a *"Federazione Comunista Anarchica Internazionale"*, através de uma carta intitulada *"Lettera del Gruppo "Pensiero e Volontà" alla Segreteria Provvisoria della Federazione Comunista Anarchica Internazionale"* (1927), em que o Grupo *"Pensamento e Vontade" recusa* o convite a aderir a organização internacional articulada pelos plataformistas.

Em termos de conteúdo, Malatesta formula exatamente sua concepção anarco-comunista, em que defende um tipo de organização política, profundamente diferente da concebida pelos plataformistas. A base da critica de Malatesta é a recusa da *"responsabilidade coletiva"*, e então ele explicita sua concepção do papel da organização anarquista:

Errico Malatesta, anarco-comunista italiano

> *"Isto é anarquismo? Em minha opinião é um governo e uma igreja. (...) O espírito e a tendência sendo autoritários, o efeito educativo será anti-anarquista. (...).*
>
> *"Uma organização anarquista, penso eu, deve ser fundada em bases muito diferentes das propostas pelos companheiros*

russos. Total autonomia, total independência e total responsabilidade de indivíduos e grupos; livre-acordo entre os que acreditam ser útil unirem-se para cooperar na obra comum; dever moral de manter os compromissos assumidos e nada fazer em contradição com o programa aceito. (...) Assim, os congressos numa organização anarquista, mesmo sofrendo enquanto corpos representativos de toda as imperfeições, já mencionadas, estão isentos de todo autoritarismo, porque eles não fazem a lei; não impõe suas resoluções aos outros. Servem para manter as relações pessoais entre os companheiros mais ativos, para resumir e incentivar o estudo de programas e meios de ação; para formular as diversas opiniões correntes entre os anarquistas e fazer uma espécie de estatística delas, e suas decisões não são regras obrigatórias, mas sugestões, recomendações, propostas que serão submetidas a todos os interessados, não devem ser obrigatórias exceto para aqueles que as aceitarem enquanto as aceitarem. (...) Numa organização anarquista os membros individuais podem expressar qualquer opinião e usar qualquer tática que não esteja em contradição com os princípios aceitos e não impeça a atividade dos outros. (grifo nosso) (Malatesta, p. 71-72).

Assim, para Malatesta o conteúdo da Plataforma não era anarquista. Isto porque Malatesta se mantém nos quadros da teoria individualista, um tipo de individualismo que se expressa no localismo – a defesa de organizações locais, que não se submetem à decisão coletiva com outras organizações. O centro da justificação da política anarco-comunista de Malatesta, e sua condenação da Plataforma, é a defesa de um conceito individualista de liberdade. Ele recusa também o papel ***iniciador-dirigente*** – teórico e prático, da organização anarquista defendido pelos plataformistas. O papel da organização é, assim como para Voline, o papel de "educador", expresso pela ideia de "libertação moral" **[15]**. Ou seja, o tipo de organização defendida pelos anarco-comunistas italianos, era em sua estrutura interna, similar àquela defendida pelos sintetistas.

Mais do que isso. As duas experiências que serviam de base para a teoria e organização sintetista, era a experiência do anarco-comunismo, do anarcosindicalismo e do individualismo nos anos 1920. Ou seja, eram as práticas já realizadas, das quais a "síntese" se apresentava como formulação e sistematização teórica.

"No he descubierto ni propongo nada nuevo: Luigi Fabbri y otros compañeros rusos (Volin, Flechin, Mollie Steimer) con los que he charlado mucho estos días, me han confirmado que este intento de realización se ha llevado a cabo en Italia, en el seno de la Unión Anarquista Italiana, y en Ucrania, en el seno de Nabat, y que esas dos tentativas han dado los mejores resultados, que solas han roto el triunfo del fascismo en Italia y la victoria del bolchevismo en Ucrania."(Faure,p. 4)

Podemos dizer que a proposta de "síntese" expressa também uma parte da experiência do anarco-comunismo no início do século XX, seja na sua vertente kropotkiniana (russa) ou malatestiana (italiana). E acontecerá uma confluência das duas vertentes do anarco-comunismo, na defesa do individualismo (ou da conciliação com o individualismo), das bases do anarco-comunismo e na crítica da concepção de ***organização política plataformista***. Os anarco-comunistas, apesar de não defenderem expressamente a "síntese" irão manifestar sua simpatia por ela, e a própria proposta da síntese, se fundamentava na experiência do Nabat (Ucrânia) e da UAI (União Anarquista Italiana) que teriam fornecido o modelo prático para a organização "sintetista".

Neste sentido, as palavras de Luigi Fabri são bem conclusivas a respeito da aproximação dos anarco-comunistas italiano, de seu posicionamento a favor do fenômeno geral do sintetismo (enquanto experiência realizada na Rússia e na Itália), posteriormente sistematizada pro Voline e Faure.

"Eu não conheço realmente o programa daquele grupo de camaradas anarquistas russos que falaram conosco sobre uma ´síntese anarquista´. Contudo, se eles concebem que o anarquismo irá também de algum modo, ser individualista e sindicalista, não num sentido exclusivamente doutrinário, porém no sentido prático que os anarquistas creem na ação sindicalista ser útil e na defesa da liberdade do indivíduo será necessária na ordem de alcançar o máximo de autonomia na harmonia com a liberdade de todos os indivíduos, então uma tal concepção me parece inteiramente correta muito próxima a minha própria concepção, a despeito de sua formulação incompleta". (Fabri, 1927, p.3) **[16]**.

Piotr Arshinov, plataformista, veterano da revolução e guerra-civil russa (1917-1921)

6) A Resposta Plataformista

Os plataformistas reagiram às críticas de Malatesta e outros anarco-comunistas. Na realidade, eles esperavam que as críticas viessem dos individualistas (ver *A Plataforma de Organização, Introdução*). Makhno afirma que a resposta de Malatesta o deixou surpreso e confuso *"Minha impressão é que você não compreendeu o projeto da Plataforma. Ou então, sua recusa em reconhecer a responsabilidade coletiva na ação revolucionária e a função dirigente que os anarquis-*

tas devem assumir decorre de uma profunda convicção sobre o anarquismo..." (ver ***Resposta a um Projeto de Organização Anarquista***, 1928).

Neste sentido, Makhno identificou o ponto central da questão: o conceito de anarquismo contido na plataforma era radicalmente distinto e oposto daquele defendido pelos anarco-comunistas italianos. E a reação dos plataformistas foi precisa: identificaram e denunciaram a conciliação postulada pelos defensores da síntese anarquista e anarco-comunistas com o individualismo liberal [17], tanto teórica quanto praticamente (ver Arshinov, ***Réplica aos Confusionistas do Anarquismo***).

A partir de então, coloca-se um problema político e histórico fundamental: a luta pelo uso legítimo da categoria ***"anarquismo"***, que é negado (pelo conjunto dos grupos anarco-comunistas, anarco-sindicalistas e individualistas) aos ***plataformistas***. Ou seja, o debate teórico entre plataformistas e sintetistas conduziu-os a um limiar, obrigou a estabelecer uma luta de classificações em torno do que é o anarquismo. É por isso que a "convergência sintetista" (estamos denominando os grupos que se alinharam com os sintetistas nos anos 1920, incluindo os anarco-comunistas italianos, na campanha contra os plataformistas) considerou os plataformistas como "bolcheviques".

Os próprios plataformistas acreditavam estar criando uma nova base teórica, ajustada as exigências impostas pela luta de classes e pela experiência das revoluções do século XX (os textos ***"Elementos Velhos e Novos no Anarquismo"*** e o ***"Velho e o Novo no Anarquismo"***, de Arshinov, expressam esta percepção). Mas na realidade, o plataformismo não estava inventando uma nova teoria [18]. A "deslegitimação" dos plataformistas e os ataques – de individualistas e anarco-comunistas – devem ser compreendidos em relação à história e a experiência prática. Aqueles que acusavam os plataformistas de se desviarem do anarquismo eram os adeptos de uma linha ***revisionista***, como o próprio Malatesta admite:

> *"Fui bakuninista como todos os camaradas de minha geração, infelizmente já distante no tempo. Hoje, depois de longos anos, não me considero mais como tal. Minhas ideias se desenvolveram e evoluíram. Hoje, penso que Bakunin foi muito marxista (sic.) na economia política e na interpretação histórica."* [19] *(Malatesta, 1926).*

Outro ponto fundamental é o posicionamento relativo ao individualismo. O anarco-comunismo assimilaria a prática e a teoria individualista. Os sintetistas tentavam dar a esta assimilação um sentido orgânico. Os ***plataformistas*** romperam com esta política da convivência pacífica com a burguesia no anarquismo, como vemos pelas palavras de Arshinov:

> *"Entonces, ¿qué nos queda del individualismo anarquista? La negación de la lucha de clases, la negación del principio de una organización anarquista cuya finalidad sea la sociedad libre de los trabajadores iguales: y más aún, la charlatanería vacía, estimulando a los trabajadores infelices con su existencia, a tomar su parte, recurriendo a las soluciones personales, supuestamente abiertas a ellos en cuanto individuos liberados.*
>
> *"Pero ¿qué hay en todo esto que pueda ser definido como anarquista? ¿Dónde están los elementos necesarios para una síntesis con el comunismo? Toda esa filosofía no tiene nada que ver con la teoría o la práctica anarquista: y es improbable que un obrero anarquista se sienta inclinado conforme a esta "filosofía". (...) (**O Problema da Organização e a Noção de Sintesis**, Dielo Trouda N°. 10, março, 1926)*

Os pontos da ruptura dos plataformistas com os anarco-comunistas e o sintetismo, que amalgamou os seguidores de Kropotkin com os de Malatesta, ficam ainda mais explícitos nas respostas que eles elaboraram contra as criticas vindas do anarco-comunistas russos (Voline e etc.) e italianos (Malatesta, Fabri). O texto ***Réplica aos Confusionistas do Anarquismo*** e o ***Suplemento a Plataforma*** (1926), tem especial importância.

Mas o plataformismo, representando uma ruptura com o anarco-comunismo, não expressava a introdução de "elementos novos" no anarquismo, mas sim uma mudança radical de linha política e ideológica: em direção as teses coletivistas, ao bakuninismo [20]. A aproximação se dá em três aspectos: 1) o ***tipo e o papel da organização política***, papel de iniciador-dirigente das lutas sindical-proletárias, no sentido teórico e prático; 2) a adoção de ***conceito de liberdade coletivista*** e não individualista; 3) a adoção da categoria ***trabalho*** (e da teoria do valor trabalho), como base do programa revolucionário permanente, relativo ao problema da direção econômica e política da sociedade.

Notas:

[1] ***"Sobre um Projeto de Organização Anarquista"***, (Errico Malatesta, [Outubro de 1927], 2002, p. 71).

[2] "Reply to the Plataform", (Voline, Abril de 1927). "In conclusion, the only original points in the Platform are its revisionism toward Bolshevism hidden by the authors, and acceptance of the transition period."

[3] Estamos nos referindo aqui ao grupo que produziu e defendeu a plataforma, não confundir com os grupos que se designam "plataformistas", e que surgiram no final do século XX na Europa.

[4] A nossa tese é que o anarco-comunismo não constitui, enquanto fenômeno histórico e teoria, uma "corrente" dentro de um "movimento anarquista". Por questões de método histórico o mais correto é entender que a categoria "anarquismo" esteve associada a uma teoria política e movimento social em um contexto histórico específico, o do movimento operário e popular e socialista da época das revoluções de 1848 e da "Primeira Internacional." O marco do declínio deste movimento, é a destruição da Comuna de Paris, e a desarticulação das seções da Internacional e da "Aliança" – organização anarquista. O anarco-comunismo surge como outra teoria política neste momento de refluxo, é uma ruptura com a teoria e prática anarquista, tão drástica que deve ser considerada – apesar de evocar a categoria discursiva "anarquia", e o radical "anarco", como um fenômeno histórico e movimento político distinto. Assim, empregamos a categoria "anarquismo" para designar o movimento e teoria anarquista da época da Primeira Internacional, como um fenômeno total, específico e distinto; categoria anarco-comunismo para desig-

nar um outro movimento e teoria política, que se origina na crise do movimento operário pós-Comuna de Paris.

[5] Outros acontecimentos fundamentais estavam se processando: 1) ascensão do fascismo, como vitória da contrarrevolução, na Itália; 2) ascensão do nazismo na Alemanha, e a preparação das condições objetivas e subjetivas de uma Guerra na Europa; 3) Ditadura na Espanha, que levava o movimento operário espanhol a duras lutas na clandestinidade; 4) crise econômica do capitalismo internacional, no imediato pós I Guerra Mundial; 5) vitória da contrarrevolução stalinista na Rússia, com a construção de um Estado ultra-centralizado.

[6] "Além dos que participaram do primeiro encontro havia um delegado italiano que apoiava a 'Plataforma', Bifolchi, e outra delegação italiana, da revista 'Pensiero e Volontá', Luigi Fabbri, Camillo Berneri e Ugo Fedeli. Havia dois delegados franceses, um do Odeon, favorável à 'Plataforma', e outro com Severin Ferandel". INTRODUÇÃO HISTÓRICA à 1a edição irlandesa, pelo Movimento da Solidariedade Operária.

[7] Denominamos aqui plataformistas o campo dos indivíduos e grupos que se alinharam em torno do Dielo Trouda e suas propostas políticas nos anos 1920, e sintetistas os que se manifestaram favoráveis à proposta de síntese.

[8] "A "Plataforma" não se estabeleceu internacionalmente, mas influenciou vários movimentos. Na França, ocorreram inúmeras cisões e fusões; os plataformistas às vezes controlavam a principal organização anarquista, outras vezes eram forçados a deixá-la e criar seus próprios grupos." Introdução História – MSO-Irlanda.

[9] Introdução Histórica a edição Irlandesa. MSO. http://www.reocities.com/autonomiabvr/plataf2.html

[10] Corrente pequeno-burguesa que se desenvolve como parte do revisionismo no anarquismo. Sua principal figura é Kropotkin que renega a centralidade do Trabalho e a Ação direta revolucionária das massas postulando a educação como principal alavanca para a transformação da realidade. O propagandismo é desdobramento da mesma corrente que defende que apenas através da propaganda as massas se levantariam em um desenlace revolucionário, desconsiderando o papel do partido revolucionário e da construção das organizações de massas, tarefas que devem ser realizadas necessariamente em período anterior a revolução pelos anarquistas.

[11] É interessante notar que Faure indica que o "movimento anarquista" de então passava por uma crise: *"Yo digo que no es la existencia de esos tres elementos -anarcosindicalismo, comunismo libertario y anarquismo individualista- la que ha causado la debilidad o, más exactamente, el debilitamiento relativo del pensamiento y de la acción anarquistas, sino únicamente la posición que han tomado unos y otros en relación a los demás: posición de guerra abierta, encarnizada, implacable".* (Faure,3).

[12] *"Fue sobre todo en Rusia, durante la Revolución de 1917, cuando la necesidad de tal unificación, de tal síntesis, se hizo sentir. Muy débil ya materialmente (pocos militantes, escasos medios de propaganda, etc.) en relación a otras corrientes políticas y sociales, el anarquismo se vio aun más debilitado durante la Revolución Rusa como consecuencia de las luchas intestinas que lo desgarraban. Los anarcosindicalistas no querían entenderse con los anarquistas comunistas y, al mismo tiempo, unos y otros se enfrentaban con los individualistas (sin hablar de otras tendencias). Ese estado de cosas impresionó dolorosamente a varios compañeros de tendencias diversas. Perseguidos y finalmente expulsados de la gran Rusia por el gobierno bolchevique, algunos de estos compañeros fueron a militar a Ucrania, donde el ambiente político era más favorable y donde, de acuerdo con otros compañeros ucranianos, decidieron crear un movimiento anarquista unificado, reclutando militantes serios y activos por todas partes, sin distinción de tendencia. El movimiento adquirió enseguida una amplitud y un vigor excepcionales. Para consolidarse e imponerse definitivamente, sólo le faltaba una cosa: una cierta base teórica."* (Voline p. 1)

[13] *"Os autores proclamam que o anarco-comunismo é a única teoria válida, e eles tomam uma posição crítica, mais ou menos negativa, para com anarco-individualistas e anarco-comunistas"* (Voline at all, 1927 p.1).

[14] Ver a "A Plataforma de Organização", Seção Geral, item 1 – A Luta de Classes.

[15] *"Acredito que o mais importante não é a vitória de nossos planos, nossos projetos, nossas utopias, que em qualquer caso precisam de confirmação e podem ser modificados pela experiência, desenvolvidos e adaptados para as reais condições, morais e materiais, da época e do lugar. O mais importante é que as pessoas, homens e mulheres, percam os instintos e hábitos de rebanho, que lhes foram inculcados em milhares de anos de escravidão, e aprendam a pensar e atuar livremente. Este é o grande trabalho de libertação moral a que os anarquistas devem especialmente se dedicar."* (Malatesta, 1929)

[16] L. Fabri e C. Berneri irão também recusar o caráter de classe do anarquismo defendido pela Plataforma, em seus respectivos textos irão se pronunciar a favor do anarquismo como uma ideologia de todas as classes, "humanitária".

[17] Arshinov comenta no seu texto ***"O Velho e o Novo no Anarquismo – resposta a Malatesta"***, *"Esse artigo nos provocou perplexidade e pesar. (...) Pesar, pois para ser fiel ao dogma inerente ao culto da individualidade, ele se pôs contra (desejamos que apenas temporariamente) o trabalho que aparece como um estágio indispensável na extensão e no desenvolvimento do movimento anarquista."* (p. Arshinov, p.81).

[18] Na realidade Arshinov, indica a postura dos sintetistas de quererem fazer "tabula rasa" a teoria anarquista, afirmando que não existia uma base teórica mínima (conceitos de revolução, fase de transição, violência revolucionária), defendendo na verdade a posição que estas questões já haviam sido resolvidas pelos teóricos do anarquismo, e que era preciso buscar tais definições (ver ***Respostas aos Confusionistas do Anarquismo***). Esta postura de tabula rasa é fundamental para a construção do monopólio do uso legitimo da categoria "anarquismo" pelos revisionistas anarco-comunistas, pois uma perspectiva historicista necessariamente revela o processo de ruptura existente com o anarquismo da Primeira Internacional, e logo, quebra a legitimidade dos supostos "princípios" anarquistas.

[19] "Bakunin" in ***Escritos Revolucionários***. O revisionismo dos anarco-comunistas é tão profundo que até Bakunin é visto como marxista. O importante a registrar é que historicamente, aconteceu este processo de ruptura, que o próprio Malatesta reconhece.

[20] Este aspecto fica visível na defesa da responsabilidade coletiva, na defesa do papel dirigente da organização, e na "teoria do valor trabalho", na substituição do princípio (de cada de um acordo com suas possibilidades, a cada um de acordo com suas necessidades) pela fórmula "a cada um de acordo com seu trabalho". Vejamos: *"la regla general será que toda persona en sus plenas capacidades, que disfruta de derechos sobre los recursos materiales y morales de la sociedad, incurra en ciertas obligaciones respecto a la producción de éstos. Bakunin, analizando este problema en su época, escribía, en plena madurez de su pensamiento y actividad anarquista: 'Todos tendrán que trabajar, si es que quieren comer. Cualquier persona que se rehúse a trabajar, será libre de perecer de hambre, a menos que encuentre alguna asociación o localidad dispuesta a alimentarle, por lástima. Pero entonces, sería quizás justo no otorgarle ningún derecho político, ya que, siendo capaz de trabajar, su vergonzosa situación está establecida por opción propia y vive a costa del trabajo ajeno. Y no habrá más base para los derechos politicos y sociales que el trabajo desempeñado por cada individuo'"* (***Suplemento a Plataforma de Organização***, 1926).

Esboços da Teoria Anarquista da Revolução Brasileira:
Análise do desenvolvimento capitalista brasileiro e das lutas de classes (1980-2011)

"Tais alterações históricas mostram que os sindicalistas, os socialistas, os anarquistas e os comunistas precisam devotar uma atenção mais séria e concentrada às novas formas de mudança social deliberada, que precisam ser postas em práticas no presente, se se pretender realmente galvanizar o movimento de constituição do proletariado como classe independente e intensificar o seu desenvolvimento como tal."

Florestan Fernandes, in O Que é Revolução?

1) Introdução - Reforma ou Revolução? Teoria, Programa e Estratégia

Este texto visa trazer uma contribuição da teoria anarquista acerca da construção do processo revolucionário no Brasil. Isso exige uma análise do desenvolvimento capitalista brasileiro, de um ponto de vista bakuninista, que significa a compreensão das atuais relações de produção e dominação na sociedade brasileira, da estrutura de classes, e a análise do significado das mudanças econômicas e sociais das ultimas três décadas (1980-2010).

O texto visa também à elaboração de uma crítica das teses que fundamentaram a política dos diversos partidos e organizações proletárias e socialistas. Nesse sentido, é preciso fazer um debate acerca das teses ou teorias da revolução brasileira, que fundamentaram as diferentes estratégias políticas proletárias.

A realidade analisada pela ciência, pela teoria, é expressa em ideias, conceitos ou representações sociais, que uma vez formuladas, passam a fazer parte da realidade social, agindo como fator de orientação política dos partidos e classes e disputando assim a hegemonia entre eles. Logo, para analisar a realidade é preciso fazer um balanço das teses existentes, políticas e científicas, sobre esta mesma realidade. É da critica rigorosa destas teses e das fontes e dados históricos e sociológicos, que poderemos chegar a uma compreensão critica adequada da realidade.

As teses apresentadas nesse texto procuram então fixar as condições necessárias para uma revolução socialista no Brasil. Por isso, formularemos uma análise mais detida da atual etapa do capitalismo mundial e da estratégia para a revolução brasileira. Também elaboraremos uma análise de conjuntura, no sentido de colocar os marcos políticos atuais e as tarefas necessárias para o acúmulo de forças – da nossa organização e também da classe trabalhadora.

A confrontação da filosofia e sociologia bakuninista com os dados acerca da realidade exige

uma confrontação com as demais teorias que sustentam diferentes teses acerca desta mesma realidade. Podemos dizer que existem dois campos de enfrentamento da teoria bakuninista: 1) é composto pelas teorias sociais e econômicas burguesas; 2) outro campo é composto pelas teorias socialistas e comunistas.

A luta entre revolucionários e reformistas é uma das principais batalhas da luta política e teórica. Nesse sentido, a caracterização das forças políticas atuantes no movimento de massas, a critica de suas bases teóricas e programáticas, é uma tarefa fundamental da afirmação política dos revolucionários.

A análise dos programas dos partidos políticos socialistas ou operários explicita como as teorias são fundamentais na definição da prática política, seja para orientá-las, seja para legitimá-las, por meio da formulação de uma estratégia e um programa. Uma rápida análise dos programas reformistas do PT, PC do B, PSOL, PSTU, pode ilustrar como as bases teóricas são relativamente comuns e remetem uma concepção reformista de um marxismo ortodoxo de matiz nacionalista ou democrático-burguês.

A afirmação do bakuninismo faz parte então da luta entre "reforma e revolução". A principal tarefa teórica do momento é a critica do reformismo, de sua análise teórica, de suas teses falsas ou equivocadas e sua política oportunista.

2) O reformismo maduro e o reformismo "renovado" no Brasil

Uma breve análise dos programas dos principais partidos reformistas brasileiros: PT, PC do B, PSOL e PSTU, se justifica pela considerável importância desses partidos na política nacional, de sua participação no movimento sindical-popular no período 1980-2010 e também por serem herdeiros de uma tradição "marxista nacional". Ao mesmo tempo também, porque são partidos que ou foram levados ao campo do neoliberalismo (PT e PC do B) ou se encontram em claro processo de degeneração (PSOL e PSTU).

Os documentos basilares do PT, como sua plataforma de governo em 2002 [1], assim como os programas do PC do B de 1995 [2] e de seu último congresso realizado em 2009 [3], expressam as teses que identificam a **estagnação econômica** como a principal característica e problema social a ser resolvido na atual etapa do capitalismo mundial e brasileiro. Deste modo, apontam que o **crescimento econômico** e por conseqüência o **desenvolvimento capitalista** através da "conquista do poder político" via eleições se materializam nas tarefas centrais destes partidos na atual conjuntura. Tais teses são justificadas sob a argumentação de que o crescimento econômico capitalista nacional levaria a diminuição das desigualdades (visão do PT), ou que se trataria de uma etapa necessária ao socialismo (visão do PC do B).

Carisma de ex-operário Lula tenta mistificar suposto carater popular do PT. Mas a aliança com a burguesia é bem representada pelo seu ex-vice presidente José Alencar, então um dos maiores empresários do setor têxtil do Brasil.

Os trabalhistas e comunistas se propõem então a assumir a tarefa de resolver esses problemas, da ótica do capital. Dessa forma, quando as medidas neoliberais foram consideradas como as melhores para garantir a retomada do crescimento e a superação da "estagnação" não houve hesitação em aplicá-las. Não é de surpreender que tenham sido levados ao campo do neoliberalismo. Sua análise de classes – por mais que mencionem os operários e camponeses - vislumbram a aliança com a burguesia. Isso porque colocam a oposição entre ***"Sociedade Civil X Estado"*** (PT), ***"classes conservadoras X progressistas"*** ou ***"nação X imperialismo"*** (PC do B) como base de sua análise. O conflito de classes entre burguesia e proletariado é substituído por contradições secundárias. A política de frente com a burguesia em prol do desenvolvimento tem de ser mais cedo ou mais tarde o resultado de tal base teórica [4].

Já o PSTU e o PSOL são expressões do reformismo renovado em busca do resgate das bandeiras originais do PT e já demonstram se encaminhar para destino semelhante. A análise dos programas destes partidos *"O Brasil precisa de uma segunda independência"* (PSTU) e o Programa eleitoral do PSOL (2006), não fazem menção em nenhum momento a Revolução, falam somente em uma "grande mobilização popular" [5] que teria como papel convocar uma ***"Assembleia Constituinte"*** e/ou um ***"Governo dos Trabalhadores"***. Ambos os programas defendem a centralidade da luta anti-imperialista para **retomar o crescimento** do país e sustentam como principal medida o não pagamento da dívida externa. O PSOL aponta ainda como elemento central da atual etapa, a contradição ***"imperialismo (capital financeiro) X nação"*** - é importante ressaltar como tal tese se assemelha ao programa dos partidos PT e PC do B.

Na análise de classes, PSTU e PSOL defendem a aliança operário-camponesa. Mas tal aliança não visa à revolução, apenas a formação de uma base de apoio de um "Governo dos Trabalhadores". Há uma contradição flagrante entre a análise de classes e a Estratégia e Programa

– que supõem um "Governo Operário" dentro do Estado Burguês, já que não está colocada a revolução para o estabelecimento de um "Estado Operário". A contradição deste neo-reformismo socialista brasileiro – e do reformismo em geral – é que por mais que façam menção a ação direta das massas e a aliança operário-camponesa, a sua **linha político-partidária**, a via da conquista pacífica do poder político através de eleições e assembleias constituintes, é uma política de alianças com a burguesia (nacional e/ou radical). Esta aliança termina, cedo ou tarde, por levar a uma **linha de massas colaboracionista**.

Nesse sentido, as atuais forças dirigentes do movimento sindical-popular no Brasil, estão dentro de uma linha política reformista. Um reformismo maduro, do PT e do PC do B, levado ao campo do neoliberalismo; e um reformismo em busca de revitalização, mas cheio de contradições teóricas e práticas, do PSTU e PSOL.

Esses partidos, por defenderem uma via reformista, conduzirão os trabalhadores a derrotas. Mas além dessa oposição geral, é preciso uma critica das teses e analise teórica e bases programáticas dos reformistas brasileiros. Podemos dizer que uma critica bakuninista é necessária. Uma critica que parte da oposição geral da reforma a revolução. E a formulação de uma **teoria anarquista da revolução brasileira**, a partir do materialismo bakuninista.

3) Teses sobre a Estrutura de Classes e a Revolução Brasileira

Podemos dizer que as teses trabalhistas do PT e comunistas do PC do B, e mesmo as bases teóricas e programáticas do socialismo do PSTU e PSOL, remetem as teses da teoria da revolução democrático-burguesa do PCB e da teoria nacional-desenvolvimentista (ambas formuladas nos anos 1950). Nesse sentido, é preciso uma crítica da teoria da revolução democrático-burguesa (e do etapismo que lhe é subjacente) e também das análises econômicas nacional-desenvolvimentistas [6].

Fundadores do PCB, 1922

A análise e teoria da "revolução democrática" (nacional e burguesa) foi cunhada especialmente dentro do PCB (Partido Comunista Brasileiro), entre os anos 1920 e 1950, através da apropriação dos clássicos do marxismo. Numa circular de 1935, o Comitê Central do PCB faz um esboço da teoria da revolução brasileira: *"A etapa atual da revolução no Brasil (...) é a de uma revolução nacional anti-imperialista. A finalidade desta etapa é: criação da mais ampla frente popular (operários, camponeses, pequenos burgueses e aquela parte da burguesia que é contra o imperialismo). Nesta primeira etapa, o jogo será antes de tudo dirigido contra o imperialismo e contra aquela parte dos latifundiários que traem a Nação e que agem de comum acordo com o Imperialismo"* [7].

Essa política de alianças de "frente popular" e análise de classes seria desenvolvida e plenamente acabada no partido e fora dele nos anos 1950, como vemos pelo trecho a seguir:

"A queda da monarquia e a proclamação da republica (...) não modificaram no fundamental o caráter semi-feudal e semi-escravista da sociedade brasileira. Os senhores de escravos e, em seguida, os latifundiários e grandes capitalistas – grandes comerciantes usurários – que governam o país, facilitaram a penetração do capital estrangeiro e, conseqüentemente, a transformação do Brasil em semi-colônia (...) Nestas condições, as principais contradições que, no momento atual, se verificam no Brasil, são as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria esmagadora da Nação e, simultaneamente, os restos feudais ao povo brasileiro" [8].

Nesse sentido, uma caracterização geral da formação social brasileira é estabelecida. Podemos dizer que a teoria da revolução democrático-burguesa é fundamentada num marxismo ortodoxo em termos de análise econômica.

"A análise ortodoxa típica pode ser resumida da seguinte maneira: a principal contradição que existe na sociedade brasileira é a que opõe o latifúndio, aliado aos interesses estrangeiros, ao resto da sociedade, isto é, os trabalhadores da cidade e do campo, a burguesia industrial, etc. Para que o capitalismo possa expandir-se e cumprir suas tarefas históricas é necessário, portanto, romper as amarras que impedem o pleno estabelecimento das relações capitalistas de produção, vale dizer, a eliminação do latifúndio e (dos resquícios feudais) e a expulsão do imperialismo. Neste sentido,

a análise parte da premissa de que a contradição com o latifúndio é a mais antiga que a burguesia brasileira conhece e que o desenvolvimento da burguesia exige a liquidação do latifúndio." (Mantega & Moraes, 1978, p.11).

Daí surge a ideia de uma "burguesia nacional" com tarefas revolucionárias e de uma aliança prioritária do proletariado com a burguesia nacional, de teor democrático, anti-imperialista e industrializante – já que as relações "semi-feudais" bloqueavam a formação de um mercado interno essencial a industrialização (Mantega & Moraes, op.cit,p.11). A principal contradição da formação social brasileira seria então entre ***"Nação X Imperialismo"***. Essa análise tinha ainda um elemento catastrofista: supunha que o capitalismo brasileiro não iria se desenvolver a não ser pela adoção do programa comunista da revolução democrático-burguesa.

Paralelamente ao desenvolvimento dessa análise teórica, foi consolidada a estratégia da "via pacifica", aberta pela possibilidade de frentes nacionalistas com as burguesias locais. Os principais elementos de um programa também foram definidos a partir dessa caracterização: reforma agrária, controle de capitais etc. Assim, foi sistematizada uma estratégia e um programa com base na teoria da formação social brasileira e da revolução democrático-burguesa.

Este modelo foi dominante e ainda é através das heranças diretas (no caso do PC do B) que retoma as análises, teses e principais conclusões políticas, quanto de heranças indireta, que está presente nas análises do reformismo do PT e em certa medida do PSTU e PSOL, mesmo que de forma sutil.

A perspectiva nacional-desenvolvimentista foi também um operador importante e permitiu o diálogo teórico e prático do PCB com o PTB e a "burguesia nacional" durante certo período de tempo. Raul Prebish, teórico da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, ligada a ONU), desenvolveu a tese de que a principal contradição a impedir o desenvolvimento capitalista na América Latina, seria a *"deterioração dos termos intercâmbio ou as trocas desiguais"*. (Mantega & Moraes, op.cit, p.18.).

Os representantes da teoria da CEPAL no Brasil são especialmente Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa. Esses teóricos formularam um diagnóstico e um programa para o desenvolvimento capitalista. As principais teses desenvolvimentistas para o Brasil eram: 1) a industrialização brasileira é o produto da substituição de importações, sendo o "estrangulamento externo" o principal fator a desencadeá-la; 2) o aumento da industrialização levou ao aumento das importações e gerou um desequilíbrio crônico do balanço de pagamentos; 3) os produtos primários fornecidos pela periferia levam a ***"deterioração dos termos de troca"***, de maneira que a troca desigual produz distorções econômicas e sociais; 4) as economias latino-americanas apresentam dualidades estruturais que precisam ser superadas para viabilizar o desenvolvimento econômico – dualidade setorial (indústria X agricultura), regional (Sudeste X outras regiões) e social (ricos X pobres); 5) o estreitamento do mercado interno impede o desenvolvimento da acumulação do capital industrial; 6) a estagnação econômica é inevitável com o estilo de desenvolvimento latino-americano. (Mantega & Moraes, op.cit, p.22-24). Essa caracterização nacional-desenvolvimentista, realizada entre os anos 1960-80, permanece ainda até hoje. Não por acaso que vários desenvolvimentistas aderiram ao PT [9].

Podemos dizer que um rápido balanço indica algumas convergências fundamentais entre as teses comunistas e nacional-desenvolvimentistas: 1) há um deslocamento da análise da exploração (produção) para a análise das "trocas comerciais" (circulação), o que leva a substituição da centralidade do conflito entre classes pelo conflito entre nações (este é o principal aspecto de **convergência teórica**); 2) há a reivindicação de um "desenvolvimento nacional", baseado no mercado interno para sustentar a "independência", podendo a medida principal ser a reforma agrária, o controle de capitais, o incentivo a industrialização (essa é a **convergência programática**); 3) a adoção da ideia de uma frente nacionalista no governo para implementar tal política por "vias pacíficas" (essa é a **convergência estratégica**) [10].

Tomando por base as **análises teóricas** do reformismo brasileiro (trabalhista, comunista e socialista) e sua **estratégia e programa** entre 1980-2010, podemos afirmar que eles retomam em grande medida as teses comunistas e nacional-desenvolvimentistas e se inscrevem dentro de uma teoria etapista da revolução. Num certo sentido, mesmo de que maneira sutil e nas entrelinhas, é essa a teoria que continua guiando a política do movimento proletário no Brasil. E por isso o proletariado é conduzido a sucessivas derrotas.

Os pontos comuns entre as teses do reformismo atual e o da tradição comunista e nacionalista, são os seguintes: 1) existe a identificação de um problema, a ***"estagnação econômica"***; 2) essa estagnação é produzida por uma aliança do latifúndio com o capital financeiro nacional e Internacional; 3) essa aliança impede a retomada do crescimento, pois inviabiliza os "investimentos produtivos industriais"; 4) ao mesmo tempo, o predomínio do capital financeiro leva a uma transferência de capitais através da especulação e do endividamento externo.

A substituição da contradição de classes pela contradição "nação X imperialismo", formulada pelo PC do B, a substituição da contradição de classes pela oposição "Sociedade Civil X Governo", formulada pelo PT, é uma readaptação dessa tese em uma nova roupagem. A caracterização teórica da atual etapa do capitalismo mundial e as análises de classes do PSOL e PSTU, herdeiros do PT, reeditam essas teses marxistas ortodoxas e cepalinas com algumas alterações. A tese do Brasil como "semi-colônia" ou da "recolonização" [11] é uma forma de combinar uma legitimação teórica nova para a tese da centralidade da oposição "nação X imperialismo" e para a secundarização da contradição de classes dentro do país. O que abre espaço para um projeto de desenvolvimento ou crescimento a ser comandado por esses partidos reformistas.

A análise teórica e de classes do reformismo contemporâneo, entretanto, é órfã da burguesia nacional, e por isso sua caracterização da contradição "nação X imperialis-

mo" como a principal contradição é incongruente; na verdade apesar de proclamarem a aliança operário-camponesa existe uma esperança velada (que às vezes se explicita de forma tímida, envergonhada pelo apelo às "forças progressistas") num ressurgir da burguesia nacional. Essa é a contradição teórica do reformismo atual.

É por isso que do ponto de vista programático e estratégico a luta anti-imperialista adquire centralidade, e a reivindicação do controle do ***"comercio exterior, controle dos capitais e não pagamento da divida externa"*** são ainda as principais bandeiras do programa, seguindo o receituário desenvolvimentista. A estratégia derivada é a conquista do poder político pela via pacífica, no centro da qual se estabelece a Assembleia Constituinte. Essa estratégia obriga a uma contínua contenção da ação direta de massas, que se aprofunda, cedo ou tarde. O foco central não é a luta contra a exploração, mas sim a viabilização do crescimento – e o combate ao desemprego e desigualdade serve como meio a esse objetivo.

Nos anos 1950 a convergência dos comunistas reformistas com a burguesia nacional-desenvolvimentista era possibilitada pela defesa da "industrialização"; hoje o ponto de convergência é o "crescimento econômico" (que termina por ser uma retomada dos "investimentos produtivos industriais" [12]) que levou a uma aliança com os neoliberais – que defendem tal bandeira. E o PSOL e o PSTU terminam por chegar à mesma conclusão – defesa da retomada do crescimento. **A luta anti-imperialista ao invés de ser o corolário ou extensão da política de luta contra a exploração torna-se um meio de sua secundarização.** As teses teóricas que lhes são subjacentes não são senão a expressão de uma política colaboracionista e contrarrevolucionária.

Dessa maneira existe um encadeamento entre a **teoria marxista e a análise de classes sobre a sociedade brasileira**, a **estratégia política reformista** e os **programas** defendidos. No caso do Brasil, os trabalhos dos marxistas heterodoxos permitiram uma combinação particular, que é sempre factível: a mudança de certas teses e análises teóricas (mas mantendo a teoria geral marxista), de maneira que a análise sobre o Brasil foi enriquecida, mas sem romper com a ***"teoria etapista da revolução"*** e a estratégia reformista. Por isso é preciso romper com a teoria etapista da revolução e com a teoria geral de que faz parte, o marxismo.

Abaixo faremos uma análise do desenvolvimento capitalista brasileiro e determinar as principais teses e conceitos a orientar uma análise da estrutura de classes de um ponto de vista teórico bakuninista e para servir a uma estratégia revolucionária.

4) O bakuninismo e a revolução brasileira: o estatismo na periferia do capitalismo

> *"O absurdo do sistema marxista consiste precisamente nessa esperança, segunda a qual, reduzindo-se excessivamente o programa socialista para fazê-lo ser aceito pelos burgueses radicais, transformará estes últimos em servidores inconscientes e involuntários da revolução social. Eis aí um grande erro; todas as experiências feitas na história nos demonstram que uma aliança entre dois partidos diferentes volta-se sempre em proveito do partido mais retrógrado." (Mikhail Bakunin)*

É importante indicar que não iremos com esse texto partir do zero. Nem para a crítica da teoria etapista da revolução e nem para análise da formação social brasileira. Na realidade, várias críticas foram formuladas às teses da revolução brasileira, tanto à sua base teórica, quanto programática e estratégica. Algumas teses são compatíveis com a análise bakuninista.

Bakunin criticou a teoria da "revolução por etapas" em 1870, recusando firmemente a ideia de uma "revolução burguesa" como etapa anterior e necessária da revolução proletária e socialista, de uma "revolução política" (que mudaria o regime ou o bloco de classes e partidos hegemônicos no Estado) dissociada da revolução social (que destrói a propriedade privada capitalista e relações econômicas de exploração). Esse posicionamento político está fundado em duas posições teóricas: na teoria do ***estatismo***, na qual o Estado está dialética e organicamente ligado à estrutura econômica, implicando necessariamente na dominação do proletariado pela burguesia; e na ***teoria da propriedade privada*** como geradora de desigualdade de classe e exploração do trabalho. Abdicar dessas teses leva ao desvio do foco do processo revolucionário. O anarquismo surge então, no século XIX, como uma teoria da revolução ininterrupta, que muda a estrutura econômica e política, tomando por base a aliança operário-camponesa[13]. A burguesia (radical, nacional e republicana) teria a cumprir um papel cada vez mais reacionário, e por isso a "revolução burguesa" seria apenas uma contrarrevolução.

São essas teses e conceitos gerais de Bakunin que devemos incorporar e aplicar a análise da sociedade brasileira. Os critérios para uma apropriação crítica e pragmática de saberes (que evita uma visão doutrinária da ciência ou então a mera repetição mecânica de conceitos e teses que contradizem a teoria que nos serve de base) foram estabelecidos por Bakunin. Em seu livro **Considerações Filosóficas** a objetividade do método é estabelecida como base de validação das teses e conceitos científicos[14]. Por isso, várias teses parciais (acerca de questões particulares) e gerais (acerca da formação social brasileira) formulada por diversos autores, podem ser incorporadas desde que coerentemente as teses sociológicas coletivistas.

Quando partimos para a análise concreta da economia e sociedade brasileira, vemos que alguns autores formularam criticas de diferentes gêneros as teses sobre a formação social brasileira. Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e André Gunder Frank são exemplos dessa critica, e todos formularam teses e análises compatíveis em diversos aspectos com a análise bakuninista.

A crítica da análise de classes e da formação social brasileira como feudal, se daria já nos anos 1950, através de um "marxismo heterodoxo", ou seja, que não estava alinhado parcial ou plenamente com a orientação do PCUS e do PCB. Estes teóricos (como Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e André Gunder Frank) compuseram o que se poderia chamar de ala esquerda da "teoria da dependência" e apre-

sentaram uma caracterização distinta da sociedade brasileira [15].

Em 1966 no livro *"A Revolução Brasileira"* Caio Prado Jr recusa a tese que caracterizava a existência do "feudalismo" na sociedade brasileira. Na realidade, as relações de produção seriam capitalistas e estava em curso um processo de aprofundamento da proletarização, consequentemente, é recusado um papel democrático à burguesia nacional.

Paralelamente a essas criticas da formação social brasileira, desenvolveu-se uma nova análise do desenvolvimento brasileiro, através de André Gunder Frank e Rui Mauro Marini. Ao invés de identificar os entraves feudais, a teoria do "desenvolvimento do subdesenvolvimento" indicava que a forma de acumulação em países como o Brasil, era a da "superexploração" do trabalho, assim como nos demais países subdesenvolvidos. As contradições sociais eram movidas pela "associação da burguesia local com o imperialismo", para viabilizar a exploração do trabalho e garantir o aumento das taxas de mais valia. Não era a estrutura semi-feudal que determinava a estagnação, mas a relação centro-periferia. Dessa maneira, a burguesia nacional não tinha contradições com o imperialismo, mas era sua principal sócia e demandava por isso uma forte repressão da força de trabalho.

A principal virtude desta critica é a derrubada da tese que afirmava o Brasil como uma formação social feudal e a sua análise de classes decorrente – que colocava a contradição entre Nação X Imperialismo como a principal, e a contradição de classes como secundária [16]. Florestan Fernandes formulou também uma critica da teoria etapista da revolução brasileira, ancorando teoricamente suas posições na caracterização do papel da autocracia burguesa [17]. A tese da autocracia burguesa de Fernandes leva a caracterização de que nas economias periféricas do capitalismo (como o Brasil) a revolução burguesa assume a forma de uma "contrarrevolução permanente". Isso em razão da associação da burguesia nacional com o imperialismo na super-exploração do proletariado periférico. Essa associação torna necessário um Estado forte e centralizado capaz de realizar a pulverização sistemática da classe trabalhadora e estabelece limitações para o desenvolvimento de conquistas (reformas) dentro da ordem (burguesa). A revolução burguesa na periferia é uma contrarrevolução exatamente porque as **transformações econômicas** (a industrialização ou o desenvolvimento dependente) foram feitas em separado (e somente foram feitas porque estavam separadas) das **transformações sociais** (reformas "nacionais e democráticas", como reforma agrária, universalização de direitos sociais, distribuição de renda e etc.), por meio de Estados autoritários (ditaduras e democracias).

Praticamente todos os teóricos da dependência, seja sua ala "esquerda", seja sua ala "direita", enfatizaram também a importância do Estado no desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, podemos dizer que a tese do ***estatismo*** se confirmou: o Estado não somente não era uma estrutura determinada pela economia, mas determinante; e assumiu funções cada vez mais importantes. As analises criticas produzidas indicaram também que a burguesia, longe de ter interesses comuns com o proletariado industrial, estava associada ao imperialismo. As análises então chegaram a conclusões que derrubam o suposto "papel revolucionário" da burguesia nacional e que enfatizam o papel do Estado na acumulação de capital. Ou seja, são argumentos compatíveis com as analises sociológicas coletivistas, que as confirmam em diversos aspectos.

Desenvolvimento e industrialização brasileira ocorreu dissociado das reformas democráticas - Na foto, forte repressão do exército à greve dos operários da CSN em 88, Volta Redonda/RJ, deixando muitos presos, feridos e 3 trabalhadores mortos.

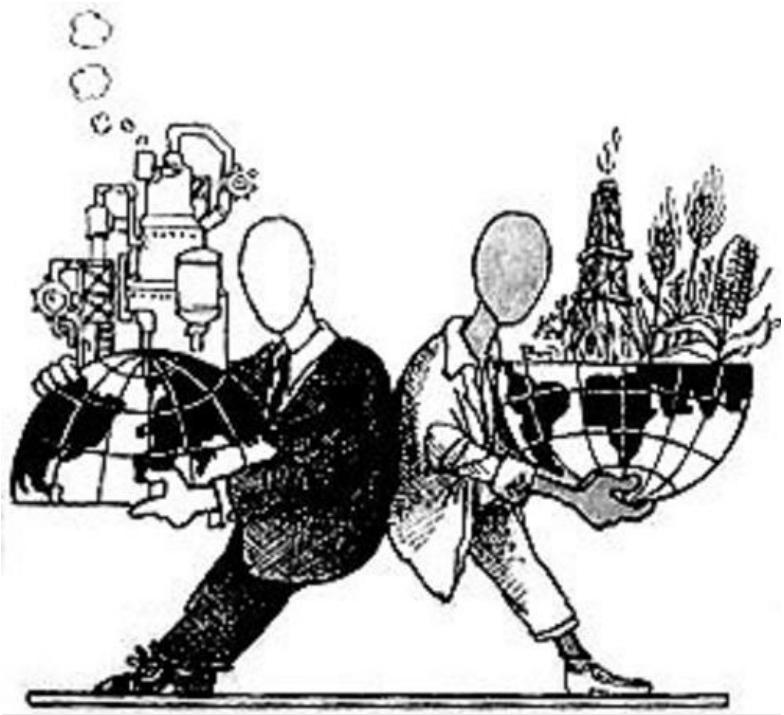
As teses analisadas acima são um ponto de partida para a compreensão de uma realidade concreta: a economia e a sociedade brasileira do século XXI. Mas para compreender essa economia e sociedade, de acordo com o método bakuninista, é preciso compreender a experiência do desenvolvimento econômico brasileiro. Somente assim é possível indicar as principais contradições sociais a serem exploradas por uma intervenção política. Ao mesmo tempo, demonstraremos como a reedição de velhas teses comunistas e nacional-desenvolvimentistas, mesmo com adaptações e sob novas roupagens, não se aplicam nem teórica nem praticamente a revolução brasileira. Por isso, a análise da atual sociedade brasileira, de sua economia, política e conflitos de classe, exige uma análise pautada no materialismo bakuninista, da experiência histórica e é neste campo que se realizará a confrontação das nossas hipóteses e teses.

5) O Desenvolvimento Dependente Brasileiro no Século XXI

O período compreendido pelas décadas 1970-1990 marca a ascensão e queda de um modelo de desenvolvimento econômico no Brasil (que começou a ser construído nos anos 1930, sob a Ditadura Vargas). Esse modelo só foi possível graças às particularidades econômicas, geográficas da inserção brasileira na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Um tipo de estado intervencionista vem sendo transformado gradativamente num tipo de modelo de Estado e desenvolvimento neoliberal. Para compreender a inserção do Brasil na nova ordem ou etapa ultra-monopolista do capitalismo mundial, devemos compreender as especificidades do desenvolvimento econômico brasileiro e seu impacto na estrutura de classes [18].

O desenvolvimento econômico brasileiro foi condicionado pela sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho (DIT):

"A acumulação de capital ocorreu na periferia, mesmo sob condições de 'dependência clássica', isto é, de exportação de produtos primários em troca de produtos manufaturados. O processo de acumulação, tal como acontece atualmente em paises como o Brasil é, porém, de ordem muito diversa. É diferente porque inclui um grau substancial de industrialização e também as divisões internas do trabalho mais complexas e a maior produtividade que isso implica. Dei aos processos correntes o nome de desenvolvimento dependente." (Evans, 1982, p.26).



Gravura representando a DIT - economia dos países periféricos está subordinada aos países centrais do capitalismo

A análise acima apresenta uma das principais contribuições teórica da teoria da dependência: a ideia de que (ao contrário das teses estagnacionistas) o capitalismo poderia sim se desenvolver na periferia sob certas condições. Essa perspectiva redefiniu a análise teórica do papel do Estado e da burguesia nacional, mistificado pelas analises marxistas ortodoxas e nacional-desenvolvimentistas:

"A internacionalização do Imperialismo deu ao Estado uma nova posição de poder, da qual pode negociar com as multinacionais. Se a dependência se associava aos Estados Fracos, o desenvolvimento dependente se associa ao fortalecimento de Estados na semi-periferia. A consolidação do poder estatal pode, até mesmo, ser considerada como um requisito preliminar do desenvolvimento dependente". (Evans, 1982, p.26).

A análise objetiva dos dados e da experiência brasileira mostra que o desenvolvimento do estatismo foi uma das pré-condições do desenvolvimento dos "capitalismos nacionais". Mas ao invés desse modelo supor a ruptura com a dependência, ao contrário supõe seu aprofundamento, já que a *"internacionalização leva a uma aliança complexa entre o capital nacional, capital internacional e capital estatal"* (Evans, op.cit, p. 27). Ou seja, o Estado-Nacional assumiu um papel econômico cada vez mais destacado e as burguesias nacionais aprofundaram a sua internacionalização através das relações com o imperialismo [19], conciliando então "desenvolvimento com dependência".

Nesse sentido, a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) se complexificou muito ao longo do século XX. Ao longo do período de acumulação fordista na relação centro-periferia, produto do colonialismo, emergiu um terceiro ator, a "semi-periferia", caracterizada exatamente por ser um espaço de recepção privilegiado do IED (investimento externo direto). A semi-periferia compreenderia os países que tiveram a experiência do ***desenvolvimento dependente***, que não é uma fase acessível a todos os países da periferia do capitalismo (Evans, op.cit, p. 43). Ao mesmo tempo, a condição de semi-periferia aumenta a importância estratégica dos países que chegam a tal condição [20].

Entre 1950 e 1980 o Brasil teve uma taxa de crescimento do PIB de 6,78% ao ano contra 4,94% da média mundial e 4,71% das médias do "Centro". O índice de emprego industrial no Brasil alcançou os 20%, estando próximo de paises do centro como os EUA. Mas a partir dos anos 1990, o emprego industrial recuou, no caso brasileiro, alcançando patamares

BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS SEGUNDO A DIMENSÃO

Dimensão dos imóveis (ha)	Número de propriedades (proporção sobre o total)			Área dos imóveis (proporção sobre o total)		
	1970	1985	1996	1970	1985	1996
	4924 019 imóveis	5 834 799 imóveis	4 869 865 imóveis	294 862 142 ha	376 286 577 ha	353 611 246 ha
Menos de 10	51,4%	52,8%	49,7%	3,1%	2,6%	2,3%
De 10 a 100	39,3%	39,0%	39,6%	20,4%	18,5%	17,7%
De 100 a 1 000	8,5%	9,5%	9,7%	36,9%	35,0%	34,9%
Mais de 1 000	0,8%	0,9%	1,0%	39,6%	43,9%	45,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

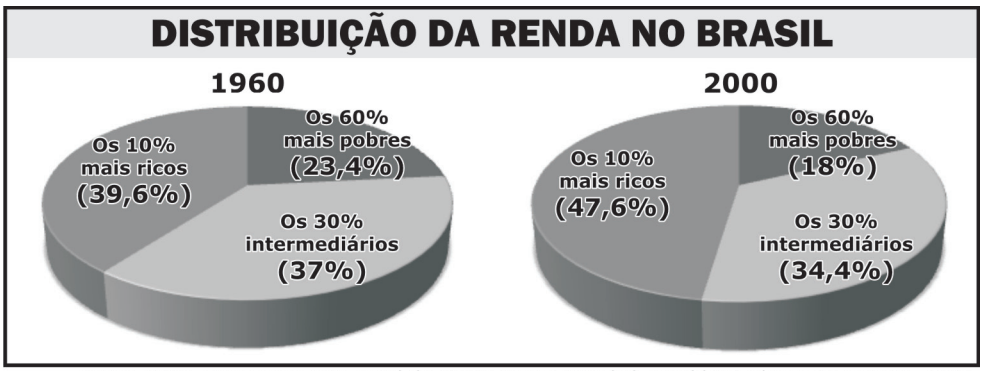
Fonte: IBGE, Censo agropecuário de 1996.

similares aos de 1940. As mudanças decorrentes da industrialização foram principalmente, a formação de um expressivo proletariado industrial (quantitativa e qualitativamente falando) no país. Também a elevação das taxas de crescimento econômico.

Há praticamente um consenso em toda a historiografia acerca da importância do papel do Estado no desenvolvimento brasileiro. O Estado assumiu e criou diversas empresas em inúmeros setores estratégicos, como siderurgia, telecomunicações, transportes, petroquímico. O capital estatal se expandiu especialmente a partir de 1960, sob a Ditadura Militar. Para isso basta ver que: "*Mesmo durante os anos do milagre, quando as multinacionais expandiam seus investimentos no Brasil com mais rapidez, o influxo do capital estrangeiro era mais do que compensado pelo crescimento das empresas estatais*" (Evans, 1982, p. 196). Segundo o mesmo autor, entre 1967 e 1973, as empresas administradas pelo Estado aumentaram seu capital para um total de 2,2 bilhões de dólares, quase o dobro do crescimento dos bens industriais americanos no Brasil no mesmo período.

Ao final dos anos 1980, o Brasil completou um processo de desenvolvimento econômico (que se iniciou nos anos 1930), rompendo com a "dependência clássica". A estrutura ocupacional e de classes também sofrera mudanças importantes. Um grande proletariado industrial havia se formado. Mas no caso brasileiro, a proletarização não levou ao desaparecimento do campesinato, ao contrário. Houve também um grande crescimento do setor de serviços, aumentou a diversificação interna da classe trabalhadora, em trabalhos manuais e intelectuais, fora da fábrica.

Mas ao contrário do que diziam os teóricos burgueses (como Delfim Neto), os dados abaixo ilustram como o desenvolvimento dependente esteve associado ao aprofundamento, e não a resolução das principais contradições sociais. A desigualdade de classes se manifesta pelo aprofundamento da concentração de renda e da terra, realizada por meio de uma compressão generalizada dos salários.



Fonte: IBGE, recenseamento geral de 1960; Banco Mundial, *World Development Report* - 2011.

A concentração de renda aumentou significativamente entre 1960 e 2000, com 10% da população controlando quase 50% da renda nacional. Os números referentes à distribuição de terras também indicam que longe da "revolução burguesa" estar associada à realização de tarefas "nacionais e democráticas", na semi-periferia essa revolução se apresenta como uma contra-revolução em termos sociais e políticos. Os pequenos estabelecimentos agrícolas diminuíram tanto em numero quanto em superfície de terra ocupada, enquanto que os latifúndios passaram a ocupar quase 50% das terras disponíveis (veja tabela acima).

As contradições sociais, manifestas na concentração de terra, renda, no déficit habitacional (só para citar os problemas materiais mais visíveis), são derivadas da estrutura capitalista em geral, mas também da experiência particular do desenvolvimento dependente. A transição da "dependência clássica" (que reproduzia grande parte da dinâmica metrópole-colônia) para o "desenvolvimento dependente" legou uma série de contradições que condicionaram a industrialização. Mas essas contradições não são resquícios de uma situação de dependência de tipo colonial, mas são produzidos pela estrutura do imperialismo.

O processo de desenvolvimento econômico brasileiro é exemplar dos modelos de desenvolvimento dependente. Aqui o capital internacional, o capital nacional privado e o capital estatal conformaram aquilo que Evans chamou de ***"tríplice aliança"*** e que garantiu o desenvolvimento dependente, ou seja, a acumulação de capital local em harmonia com a estrutura do imperialismo. Isto implicou que apesar do desenvolvimento industrial e do crescimento

econômico, os grandes problemas sociais (desigualdade sócio-econômica de classes, concentração fundiária, dependência tecnológica, comercial e financeira) não foram resolvidos de acordo com o modelo europeu de revolução burguesa, exatamente porque a taxa de lucro buscada na periferia e semi-periferia exigia que o desenvolvimento não fizesse concessões importantes à classe trabalhadora. Por isso a questão agrária, a questão urbana e questão da desigualdade social, são problemas estruturais do capitalismo em geral, e que nos quadros de um país da semi-periferia não tem solução viável por reformas burguesas.

O processo de desenvolvimento dependente brasileiro, tal como demonstrado por Peter Evans, André Gunder Frank, Florestan Fernandes e outros, contrariou todas as antigas teses dos marxistas ortodoxos (linha oficial do partido comunista) e nacional-desenvolvimentistas. A estagnação econômica não só não era inevitável como ironicamente as taxas médias de crescimento econômico no Brasil foram maiores que as médias mundiais no século XX. A burguesia nacional e o Estado foram não os focos de contradição com o imperialismo, mas ao contrário um elemento central da associação do capital estrangeiro com o capital nacional, na exploração conjunta da classe trabalhadora brasileira. A lógica do desenvolvimento dependente sob o imperialismo mostrou que a estagnação não era nem insuperável e nem o produto de uma "estrutura feudal" ou "colonial", mas sim das modernas relações capitalistas no sistema mundial.

Podemos então dizer que o desenvolvimento dependente, experiência particular do capitalismo brasileiro, confirma a expansão do ***estatismo*** como força econômica e também ideológica, já que as doutrinas nacionalistas de diversos matizes (comunista e trabalhista) se expandiram paralelamente à própria expansão do Estado-Nacional brasileiro, e visavam criar a legitimação da intervenção do Estado e colocá-la como centro da ação política. A expansão do estatismo transpôs as fronteiras de classes, ganhando setores de uma burguesia anteriormente liberal e refratária ao intervencionismo econômico, e da classe trabalhadora, que alimentou o fetiche do Estado como árbitro de classes e eventual "protetor" dos seus interesses. Esse foi também um fenômeno internacional, uma vez que esteve relacionado à formação de impérios e do imperialismo e sua disputa pela hegemonia nas relações internacionais. O desenvolvimento do ***estatismo*** foi então um fator fundamental para a viabilização do modelo de desenvolvimento dependente, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo.

Acampamento de famílias sem terra: Foto de Sebastião Salgado retrata o mundo do trabalho e a aguerrida luta do nosso povo.

6) Redefinindo uma Estratégia Revolucionária para o Brasil

A experiência do desenvolvimento dependente brasileiro demonstrou que as teses que supunham uma "oposição entre capital nacional e estrangeiro" era falsa, bem como o fetiche do Estado "neutro" capaz de redistribuir renda e fazer reformas. O modelo brasileiro foi baseado numa tríplice aliança reunindo capital estatal, nacional e estrangeiro. Tais análises ignoram o caráter de classe do Estado burguês e o papel da burguesia industrial na acumulação periférica, sua vinculação ao latifúndio e ao imperialismo. Tais teses desmentidas tanto prática quanto teoricamente, são re-atualizadas pelas análises reformistas que criam a expectativa de um "Governo dos Trabalhadores" que não atacará o "médio capital", e terá como principais mecanismos as estatizações, o controle do comércio exterior e a suspensão do pagamento da divida externa. Essa análise desloca o foco das contradições de classe e luta contra o capitalismo da propriedade privada e das relações de exploração, para a "redistribuição" de renda e regulação estatal do capitalismo, especialmente na esfera da circulação (pagamento da dívida externa).

A perspectiva bakuninista, teoricamente, leva ao caminho contrário. A reconhecer que o papel do Estado na acumulação capitalista se acentuou, ainda mais nas economias semi-periféricas. Que a forma do Estado é indiferente, podendo esse papel se acentuar sob democracias ou ditaduras. Ao mesmo tempo, a análise bakuninista não permite a mudança do foco das contradições de classe, de que o centro gerador das relações de desigualdade está na propriedade

privada capitalista e na forma concreta que os direitos de ganho derivados dela (o lucro, o juro, a renda) dão a exploração do trabalho. Consequentemente, as burguesias (grande, média e pequena) e suas frações são levadas a aumentar a exploração sobre os trabalhadores, mesmo quando politicamente são liberais ou republicanas, e em face da luta contra a exploração, irão assumir uma posição sempre mais reacionária. A experiência do desenvolvimento brasileiro comprovou exatamente essas teses, formuladas no século XIX, para o capitalismo europeu.

Por isso, a teoria etapista da revolução, que na maior parte dos casos é apenas uma justificativa pseudo-revolucionária de uma política reformista dentro da ordem, parte de pressupostos inválidos teórica e historicamente (acerca do Estado, da burguesia, da estrutura de classes). E é preciso romper com tais pressupostos integralmente para formular uma estratégia e um programa correto para a revolução brasileira.

Notas:

[1] "Programa de Governo da Coligação Lula Presidente - Um Brasil para Todos. Crescimento, Emprego e Inclusão Social" (2002).

[2] "Construindo o Futuro do Brasil" (1995)

[3] 12º Congresso do PC do B, Programa: "Fortalecimento da Nação é o Caminho, o Socialismo é o Rumo".

[4] *"Exige, na atualidade, a criação de uma sólida frente nacional, democrática e popular, reunindo partidos, personalidades políticas democráticas, organizações de massas, defensores da soberania nacional, agrupamento decidido a derrocar as classes reacionárias e a realizar as transformações de que o Brasil necessita."*

[5] *"Nosso partido não considera que esta ou qualquer outra eleição dentro deste regime possa resolver os problemas do país. Como já afirmamos pensamos que só uma verdadeira mobilização popular trazer as transformações radicais que o Brasil necessita".*

[6] Essa convergência de posicionamentos se dá em razão de reformismo brasileiro ter uma fundamentação na teoria marxista clássica, encontrando legitimação na estratégia da "conquista do poder político" que deu base a uma teoria etapista da revolução, fundamentada na tese da sucessão histórica dos modos de produção e na caracterização político-teórico da "impossibilidade imediata de uma revolução socialista". Tal problema na realidade – o reconhecimento da impossibilidade numa determinada conjuntura de uma revolução socialista, não leva a conclusão automática de um etapismo, que é fruto da perspectiva teórico ideológica social-democrata e comunista.

[7] Circular do COMITÊ Central aos Comitês Regionais do PCB, 1935, in: "História Sincera da Republica de 1930 a 1960", Leôncio Basbaum, 1976.

[8] Informe do Balanço do Comitê Central, IV Congresso do PCB, Luiz Carlos Prestes, 1954-55.

[9] Maria da Conceição Tavares, cepalina e deputada pelo PT fez o seguinte pronunciamento: *"Infelizmente temo que além da crise estejamos assistindo pela primeira vez na história do Brasil a uma verdadeira 'desconstrução nacional'. (...) O vetor da desestruturação social, não se limita mais à secessão dos "dois brasis", nem mesmo às formas históricas de heterogeneidade estrutural produzidas pelas desigualdades econômicas e regionais, num país em crescimento secularmente concentrador da riqueza e da renda. Na situação atual de estagnação com desemprego os desequilíbrios sociais estão se aprofundando e evoluindo para um estilhaçamento societário que inclui das elites heterônimas às classes trabalhadoras e é mais visível na diversidade de situações dos excluídos do jogo político-econômico e de qualquer possibilidade de mobilidade social ascendente"* (Discurso pronunciado em 06/01/99, NA Câmara dos Deputados).

[10] É por isso que o PCB apoiou em diversos momentos o PTB, tanto no Governo quanto movimento sindical, e manteve relações teóricas através de instituições como o ISEB.

[11] Por isso o documento do PSTU o "Brasil precisa de uma Segunda Independência" é ilustrativo dessa base teórica.

[12] *"A Frente de Esquerda quer libertar o país das garras do capital financeiro e do imperialismo. Têm lugar nesta frente os trabalhadores, os desempregados, os milhões de homens e mulheres que estão na economia informal vivendo a duras penas de seu trabalho, organizações políticas e sociais dos trabalhadores, ativistas independentes, enfim todos os brasileiros que se revoltam diante da corrupção e da submissão aos grandes capitais financeiros e banqueiros. Vamos estar juntos nas lutas diretas das ruas e nas entidades de massas, e vamos disputar também o apoio eleitoral dos trabalhadores contra os dois blocos da classe dominante, PT e PSDB-PFL."* (Manifesto da Frente de Esquerda/2006).

[13] Ver texto: "Forças Coletivas e Classes Sociais".

[14] Ver o texto "A Filosofia Bakuninista – o materialismo sociológico e a dialética da ação".

[15] É importante observar que a tese da sociedade brasileira como "feudal" era um dos pilares da sustentação da revolução democrático-burguesa.

[16] A teoria da dependência no Brasil foi formulada especialmente por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Teotônio dos Santos e Francisco de Oliveira nos anos 1970.

[17] "A época das revoluções burguesas já passou; os paises capitalistas da periferia assistem a uma falsa repetição da história: as revoluções burguesas em atraso constituem processos estritamente estruturais, alimentados pela energia dos paises capitalistas centrais e pelo egoísmo autodefensivo das burguesias periféricas. Estamos na época das revoluções proletárias e pouco importa que elas só tenham aparecido nos elos débeis do capitalismo. O que se configurava como um processo que iria dos paises centrais para a periferia, de fato caminhará da periferia para o centro." (Fernandes, 2005, p.61).

[18] Não iremos aqui realizar uma analise ampla e aprofundada desse desenvolvimento, nem uma caracterização detalhada da estrutura de classes, marcaremos os elementos fundamentais para uma caracterização do capitalismo brasileiro hoje. Assim, uma analise mais detida sobre a formação social brasileira e a atual estrutura de classes, serão desdobramentos do trabalho nos próximos anos através das nossas publicações.

[19] Segundo o autor, o imperialismo é um "sistema de acumulação baseado na exportação de capitais dos países avançados para países menos desenvolvidos, acompanhado pelo uso de recursos políticos e militares para proteger e manter o controle da produção". (Evans, 1982, p.31)

[20] *"A posição característica da semiperiferia na economia internacional torna o curso do desenvolvimento dependente nesses países critico para o futuro do imperialismo. O investimento de capital do país do centro na semiperiferia é suficiente para que uma crise nessas economias tenha conseqüências significativas não só para as firmas de produção de matéria-prima, mas também par uma ampla gama de multinacionais".* (Evans, 1982, p. 43)

A incorporação das centrais sindicais à estrutura do Estado e a consolidação do sindicalismo oficialista no Brasil

Introdução

No dia 31 de março de 2008 entrou em vigor a Lei n° 11.648 (que substitui o PL 1990/2007), conhecida com a "Lei das Centrais Sindicais". Trata-se da legislação que incorporou as centrais sindicais brasileiras à estrutura do sindicalismo de Estado, isto é, as entidades gerais dos trabalhadores, que antes estavam fora da estrutura oficial, hoje estão sob a tutela estatal.

Um exame, mesmo que resumido, da história do movimento sindical mostra que não só foram inúmeras as tentativas de organizar os trabalhadores em entidades gerais, mas também foram inúmeras as ações repressivas promovidas pelo Estado contra essas entidades. Portanto, a absorção das centrais sindicais pelas estruturas estatais de controle do sindicalismo é uma novidade na história do movimento dos trabalhadores brasileiros.

O presente artigo tem por objetivo analisar os significados e os efeitos concretos da conversão das centrais sindicais em *centrais oficialistas*, num contexto socioeconômico de acumulação flexível de capitais, onde as imposições da reestruturação produtiva implicam na precarização, na fragmentação, no desemprego estrutural e na ampliação das formas de superexploração da força coletiva dos trabalhadores.

1) Antecedentes históricos: a organização dos trabalhadores e o desenvolvimento do capital

A organização de entidades gerais dos trabalhadores com uma abrangência nacional faz parte da história do movimento sindical brasileiro do século XX, sendo a Confederação Operária Brasileira (COB), fundada em 1906 sob os auspícios do sindicalismo revolucionário, que se caracteriza pela estratégia da ação direta da classe trabalhadora, pela luta contra a propriedade privada e por apontar a ruptura com o sistema capitalista a partir de uma greve geral insurrecional (Bhir, 1999), e da ideologia anarquista. Em 1929 foram os comunistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que lançaram a Confederação Geral dos Trabalhadores. Essas entidades gerais, bem como os sindicatos de base de orientação revolucionária, foram duramente reprimidas durante a Era Vargas (1930-45).

A repressão varguista teve três pilares fundamentais: 1) a

Manifestação dos metalúrgicos do ABC paulista, década de 70/80. Na faixa, reinvindicação pela autonomia sindical.

violência com a utilização de práticas de tortura, execuções, exílio, prisões, invasões da sede de sindicatos etc., especialmente no período ditatorial (1937-45); 2) a construção da estrutura do sindicalismo de Estado com três leis sindicais: o Decreto Lei n° 19.770, de março de 1931; o Decreto de Lei n° 24.694 de julho de 1934; e o Decreto Lei n° 1.402, de julho de 1939, e finalmente, o Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a CLT; 3) a atração de setores pelegos do movimento operário, os "amarelos", para a formação de uma base de apoio do seu governo. Sobre o "sindicalismo amarelo" é importante destacar que desde o final do século XIX este defendia uma política de conciliação de classe e se oponha as práticas classistas e combativas do sindicalismo revolucionário.

Com o princípio de abertura política pós-Estado Novo, é criada em 1946 a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), fechada pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-50). O projeto de uma organização geral dos trabalhadores é retomado em 1962, com a fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fechado em 1964 em virtude da repressão promovida pela Ditadura Civil Militar (1964-85).

Podemos afirmar que os períodos ditatoriais do Estado Novo e da Ditadura Civil Militar consolidaram o sindicalismo de Estado no Brasil, convertendo os sindicatos em órgãos do Estado brasileiro. Construíram uma estrutura sindical que possui na sua base os sindicatos oficiais e no topo a burocracia estatal: as Delegacias Regionais do Trabalho, o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho. Segundo essa estrutura *"o sindicato oficial está subordinado à cúpula da burocracia estatal"* (Boito Jr., 1991, p. 26), pois é o Estado que lhe outorga poderes de representatividade e de negociação, de acordo com a legislação vigente. O estado também é responsável pelo financiamento dos sindicatos oficias com o recolhimento do imposto sindical.

Após o golpe de 64 os sindicatos oficiais passam por uma forte intervenção dos governos militares, que mantiveram as eleições sindicais sob seu controle, garantindo que lideranças arquipelegas estivessem na direção dos sindicatos. Muitos dirigentes foram indicados diretamente pelo Ministro do Trabalho. O principal representante dessas lideranças pelegas foi Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, que presidiu o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo durante todo o período do regime militar. Essa burocracia sindical teve um papel importante para manter os sindicatos sob controle do Estado.

No período que se estende de 1930 até o final da década de 1970 o Brasil se insere na fase monopolista de Estado do capital, estruturada pelo complexo fordista-keynesiano. A acumulação rígida de capitais da fase monopolista de Estado exigiu uma rearticulação da relação entre as classes sociais, bem como um papel interventor do Estado na economia, como condição necessária à reprodução do sistema de acumulação. No Brasil, e em outros países da semiperiferia do capital, essa fase se caracterizou pela adoção do modelo nacional-desenvolvimentista, com a forte presença do capital estatal nas indústrias de base, nos setores de infraestrutura e no controle da força de trabalho.

O cientista político René Dreifuss afirma que, nesse contexto, a *"'regulamentação' da força de trabalho através da promulgação de 'leis trabalhistas'"*, cumpria *"um requisito básico no processo de acumulação"*. (Dreifuss, 1981, p. 24-25). Do mesmo modo, os estudos de Alain Bihr e David Harvey apontam que a derrota dos setores mais combativos e classistas do movimento operário, principalmente do sindicalismo de tipo revolucionário, permitiu o "compromisso fordista", isto é, o Estado assumiu feições intervencionistas, garantindo o "pleno emprego" e o "bem-estar social"; o movimento sindical renunciou *"à luta revolucionária, à luta pela transformação comunista da sociedade"* (Bihr, 1999, p. 37) e passou a *"controlar seus membros e colaborar com a administração"* (Harvey, 2003, p. 129).

Portanto, a estrutura do sindicalismo de Estado no Brasil é parte constitutiva do processo de exploração do sobre-trabalho do proletariado, pois assegura a subordinação dos sindicatos oficiais ao Estado, ou seja, ao capital. Setores importantes da classe trabalhadora perceberam essa estrutura de dominação ainda no final da década de 1970, quando, diante do esgotamento do "milagre econômico brasileiro" e das repercussões da crise econômica do fordismo em escala mundial, o movimento operário, especialmente do ABC paulista, entra numa fase de ascensão das lutas.

Os esforços de reorganização da classe trabalhadora no início da década de 1980 explicitam o caráter de base e combativo das lutas do proletariado. No ano de 1980 dois encontros nacionais foram determinantes para a história recente

I ENTOES, 13 e 14 de setembro de 1980, Nova Iguaçu/RJ. O ENTOES propunha-se a "agregar todas as forças não comprometidas com o governo e os patrões", de modo a fortalecer a "luta por um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático" ("ENTOES, o que é?", documento do ENTOES)

dos trabalhadores. Primeiro destacamos o "Encontro de São Bernardo" (oficialmente o II Encontro Nacional), que reuniu lideranças sindicais combativas e movimentos sociais ligados à Teologia da Libertação (setor da esquerda católica) no mês de julho. Desse encontro foi formada a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS). O outro importante evento foi o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado no mês de setembro na cidade de Nova Iguaçu (Baixada Fluminense-RJ).

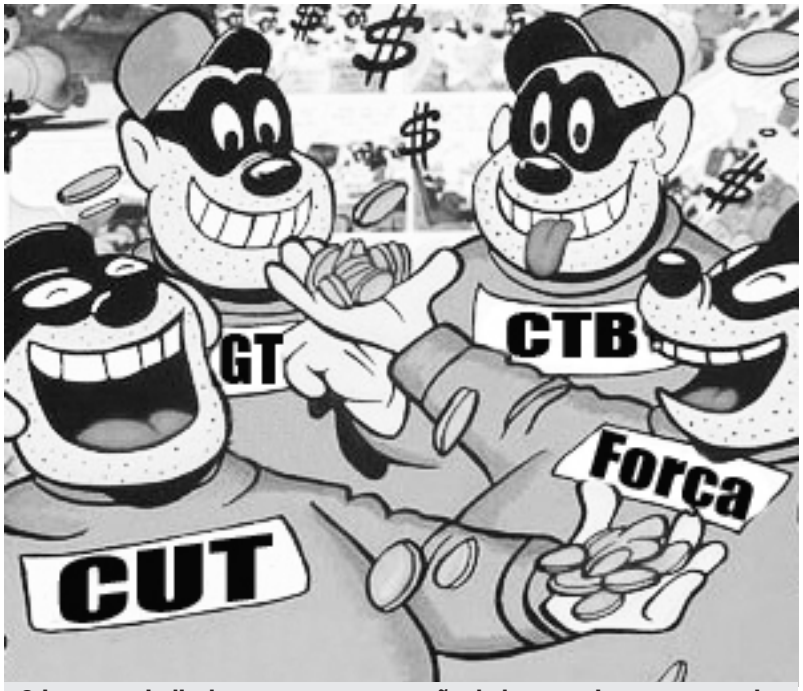
A aproximação entre a ANAMPOS e o ENTOES, permitiu a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Esse movimento ficou conhecido como *novo sindicalismo*. Podemos perceber que a CUT tem suas origens em movimentos combativos e classistas que faziam oposição à estrutura do sindicalismo de Estado no Brasil, entretanto, o abandono gradativo dessa bandeira evoluiu para a conversão da CUT em uma *central oficialista*, definitivamente, no início do século XXI.

2) A luta de classes e o sindicalismo oficialista

Sob a liderança da CUT, os trabalhadores enfrentaram a exploração burguesa e as políticas governamentais num contexto de crise de acumulação do capitalista brasileiro, em decorrência do esgotamento do padrão de industrialização de tipo taylorista-fordista centrado na produção de bens de consumo duráveis, sob o comando do capitalismo internacional.

Na década de 1980, enquanto nos países centrais do capitalismo a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais provocaram a fragmentação da classe trabalhadora, o aumento do controle no local de trabalho e a ampliação da pobreza e da exclusão social, no Brasil a crise da acumulação assumiu dimensões macroeconômicas: hiperinflação, recessão, ciranda financeira, crise da dívida externa (Alves, 2000a). Nesse contexto, a burguesia introduz, *"ainda que de modo incipiente (e restrito), novos padrões organizacionais-tecnológicos"* (Id, p. 120) para recuperar a reprodução do capital industrial brasileiro, a partir dos mecanismos de superexploração do trabalho, típicos da acumulação flexível.

Por isso, a luta de classes dos anos de 1980 se caracterizou pela luta pelo controle da produção: de um lado a burguesia implementando um toyotismo restrito; de outro o movimento sindical em ascensão organizado pela base (oposições sindicais e comissões de fábrica). Se a retomada do processo de acumulação de capitais passava pela necessidade do capital de controlar a força de trabalho no local de trabalho, o novo sindicalismo utilizava como estratégia de reorganização dos trabalhadores o "chão da fábrica", ao mesmo tempo em que ganhou reconhecimento social por suas práticas sindicais classistas e combativas.



O imposto sindical garante a manutenção da burocracia no aparato sindical através do reconhecimento do Estado, e não da classe trabalhadora

Entretanto, a luta contra a estrutura sindical é abandonada, se resumindo à defesa genérica da "autonomia sindical", prevista na Carta Constitucional de 1988. Na verdade, com o fim dos governos militares a estrutura sindical deixa de ser questionada. Porém, a sua manutenção tem importantes efeitos sobre a luta e a organização da classe trabalhadora.

O entendimento das características e dos efeitos da estrutura sindical brasileira tem que partir da percepção que o sindicalismo de Estado constitui um sistema (Boito, 1991), formado pela *estrutura do aparelho sindical oficial* e pela *ideologia estatista*.

Em termos estruturais, o sindicalismo de Estado possui dois pilares essenciais: a **unicidade sindical** e o **imposto sindical**. A **unicidade sindical** é a garantia do *monopólio legal da representação dos trabalhadores pelos sindicatos oficiais*, a partir da investidura sindical e da carta sindical. Com a unicidade sindical os sindicatos oficiais são convertidos em um ramo subalterno da burocracia estatal, impondo o controle e a subordinação aos sindicatos legalmente reconhecidos. Portanto, a unicidade sindical é incompatível com a autonomia sindical, pois para *"que haja unicidade sindical é necessário que o sindicato seja oficial e subordinado a algum ramo do aparelho de Estado, o ramo incumbido de deliberar qual é o único sindicato que representa um determinado segmento de trabalhadores"*. (Id, p. 29, os grifos são do autor).

Segundo o texto da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no seu art. 513, está entre as prerrogativas dos sindicatos *"colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal"*. No artigo seguinte estabelece que um dos deveres dos sindicatos é *"colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social"*. Na redação da CLT fica mais do que explicito o papel dos sindicatos oficias como órgãos consultivos do Estado, isto é, como parte constitutiva da burocracia estatal.

Por seu turno, o **imposto sindical** garante a subordinação financeira dos sindicatos oficiais ao Estado. Ao recolher o imposto sindical de todos os trabalhadores, independentemente de sua filiação ao sindicato, o Ministério do Trabalho financia os sindicatos, as federações, confederações e, hoje, as centrais sindicais oficiais. Assim, a

sobrevivência financeira dos sindicatos oficiais depende do Estado, não dos próprios trabalhadores. Além da integração dos sindicatos oficiais ao Estado, essa estrutura sindical, segundo Boito Jr., também produz a separação dos trabalhadores dos sindicatos, pois determina a *"impossibilidade de os trabalhadores deliberarem sobre as questões de organização referentes ao aparelho sindical. Não decidem qual o organismo sindical que os representa, não são responsáveis e não controlam as suas finanças"* (Id, p. 39).

No campo ideológico, podemos afirmar que as lideranças sindicais brasileiras possuem um apego à estrutura do sindicalismo de Estado, amparado no *fetiche do Estado*. Trata-se da cresça do "Estado protetor", da ilusão que o Estado é uma instituição neutra que atua acima dos interesses das classes e de que legisla em defesa dos "mais desamparados": os trabalhadores.

O *fetiche do Estado* assume várias feições, mas as principais no meio sindical são: o *estatismo* e o *legalismo*, ou seja, o *estatismo*

> *"no terreno sindical, aparece como um apego às normas legais que regulamentam a organização e a luta dos trabalhadores. Esse apego, isto é, esse legalismo, consiste fundamentalmente, ainda que não exclusivamente, na adesão à norma legal que estabelece o monopólio da representação sindical, vale dizer, na adesão ao sindicato de Estado, e na adesão às modalidades de ação próprias desse aparelho sindical, acima de tudo na adesão à tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação reivindicativa. Esse legalismo, em cada uma de suas múltiplas facetas, pratica e atualiza a crenças no Estado protetor" (Id, p. 94).*

A ideologia *estatista* não é exclusiva do sindicalismo brasileiro, seja do sindicalismo corporativista, que apoiou o Governo Vargas e seus herdeiros, ou do sindicalismo pelego, que apoio os Governos Militares. Pois, segundo Alan Bihr o *fetiche do Estado* faz parte da ideologia e da estratégia do sindicalismo socialdemocrata, nas suas versões reformista e revolucionária.

> *"[A] existência e a originalidade do modelo socialdemocrata está relacionada, em primeiro lugar, ao seu curioso projeto que propõe ao proletariado emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do capitalismo. Em outras palavras, esse projeto baseia-se na ideia de que o proletariado pode se libertar de sua exploração e sua dominação pelo capital (ou pode, pelo menos, em um primeiro momento, aliviar consideravelmente seu peso) conquistando e exercendo (por representantes políticos intermediários) o poder do Estado, tomando esse poder da burguesia e seus aliados políticos" (Bihr, Op. cit., p. 20).*

Considerando essa análise de Alan Bihr, não ficam dúvidas de que a orientação política e ideológica, consequentemente, estratégica, do sindicalismo cutista é o modelo socialdemocrata. O seguinte trecho das resoluções do II CONCUT mostra o predomínio do *fetiche do Estado* no interior do novo sindicalismo:

> *"A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora". (Resoluções do II CONCUT, 1986).*

Por isso, é fácil entender porque a luta contra a estrutura do sindicalismo de Estado é abandonada no contexto da abertura política da década de 1980, ficando apenas a bandeira genérica da defesa da "autonomia sindical" enquanto direito constitucional.

A questão principal é que a manutenção do sindicalismo de Estado, tanto da sua estrutura, quanto da sua ideologia, tem como consequência a desorganização da classe trabalhadora. Seus efeitos são: **1) o imposto sindical impede a organização dos trabalhadores para financiar suas entidades representativas; 2) a unicidade sindical impede que os trabalhadores escolham qual entidade os representa; 3) a Justiça do Trabalho tutela as lutas reivindicativas dos trabalhadores e a eleição das diretorias dos sindicatos; 4) *"a estrutura e a ideologia do sindicalismo de Estado desviam os sindicalistas e uma parcela dos trabalhadores da luta pela organização nos locais de trabalho"*** (Boito Jr., 1991a, p. 237), **gerando a dispersão e a desorganização da classe trabalhadora.**

Esses elementos invariantes da estrutura e da ideologia do sindicalismo de Estado são responsáveis pela desorganização dos trabalhadores, principalmente porque submetem a ação sindical da classe trabalhadora à *hegemonia da política burguesa* e porque desenvolvem o *"fetichismo do aparelho sindical oficial"* (Id, p. 239) no interior do movimento dos trabalhadores. Nas palavras de Boito Jr.:

> *"Desorganizar os trabalhadores significa organizá-los sob a direção política da burguesia. No caso do sindicalismo de Estado brasileiro, isso possui duas implicações. De um lado, implica subordinar a luta sindical reivindicativa ao interesse político geral da burguesia (manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado). Dito de outro modo implica separar a luta sindical reivindicativa da luta revolucionária, isto é, da luta por um poder democrático-popular (...). De outro lado, a direção política da burguesia sobre o movimento sindical tem implicado a fragilidade e ineficácia da própria luta reivindicativa" (Id, p. 225).*

Esse efeito é resultante da relação dialética entre a ideologia do sindicalismo de Estado (o *estatismo*), que tem uma origem burguesa, e a estrutura do sindicato oficial que integra e subordina as entidades representativas ao aparelho de Estado. Portanto, impedem o desenvolvimento de uma ideologia autônoma da classe trabalhadora e, simultaneamente, de ações políticas e estratégias de luta próprias dos trabalhadores.

Na verdade, as relações de exploração e, especialmente, de dominação de classes na sociedade capitalista, determinam a ideologia da classe burguesa como o sistema simbólico hegemônico e, portanto, presente, seja de maneira orgânica ou difusa, no interior de todas as classes e frações de classe. As condições materiais de existência da classe trabalhadora impõem a necessidade da organização de lutas reivindicativas dos trabalhadores e criam as condições para o desenvolvimento da atuação de classe dos trabalhadores.

O *estatismo* não se limita à relação entre os trabalhadores e o Estado, se desdobra na relação entre as classes e também determina importantes relações no interior do movimento dos trabalhadores, especialmente as relações entre as entidades sindicais e a base dos trabalhadores. O *estatismo* social-democrata estabelece que a relação sindicato-trabalhador seja uma *"relação frouxa e distante, determinada, ao mesmo tempo, pelo aparelho do sindicato de Estado e pela ideologia da legalidade sindical"* (Id, p. 238). Isso porque o monopólio legal da representação do sindicato oficial, bem como toda a sua estrutura, dispensa a própria vontade do trabalhador de ser representado, de se filiar, de financiar, enfim, de participar do dia-a-dia do sindicato. Trata-se de um processo de burocratização, isto é, de distanciamento entre as direções dos sindicatos oficiais e a base dos trabalhadores.

> *"Mas é preciso observar que o monopólio legal da representação sindical só é um fator eficaz de desorganização porque os sindicalistas encontram-se ofuscados pelo legalismo sindical. O sindicalista legalista vive a ilusão do poder. Ao fetichismo do Estado corresponde o fetichismo do aparelho sindical oficial. De posse do aparelho sindical, ou melhor, empossado nesse aparelho, o sindicalista ilude-se quanto à sua própria força". (Id, p. 238-229).*

O fetiche do sindicato oficial impede a organização da base dos trabalhadores em seus locais de trabalho e, consequentemente, provoca o esvaziamento dos sindicatos. Assembleias sem representatividade, baixa participação dos trabalhadores no cotidiano das entidades e dificuldades de mobilização das categorias são constantemente identificados com resultados da "não tomada de consciência dos trabalhadores da importância dos sindicatos", entretanto, são na verdade efeitos desorganizadores e dispersivos da ideologia *estatista* e da estrutura do sindicalismo de Estado que, ao invés de somar para a conscientização da classe trabalhadora, induz os trabalhadores ao culto do "Estado protetor".

Até aqui é possível concluir que **o sindicalismo de Estado no Brasil constitui um sistema composto pela ideologia *estatista*, que se caracteriza pelo fetiche do "Estado protetor" e se manifesta também no *legalismo* (apego à legalidade imposta pelo Estado), e pela estrutura dos sindicatos oficiais, que converte as entidades representativas da classe trabalhadora em órgãos do Estado. A função dessa estrutura é desorganizar os trabalhadores submetendo-os à direção política da burguesia e burocratizando as entidades sindicais. Essa burocratização é alimentada pelo fetiche do aparelho sindical estatal. Portanto, o próximo passo é estabelecer as relações existentes entre a atual fase de desenvolvimento do sistema capitalista e a reprodução da estrutura e da ideologia do sindicalismo de Estado no Brasil.**

3) A legalização das centrais sindicais e o sindicalismo colaboracionista

Diante do colapso econômico dos anos 1970, os países capitalistas centrais procuraram reverter esse quadro através de: 1) flexibilização e precarização das relações de trabalho com o desmonte das legislações trabalhistas, sociais e previdenciárias (políticas típicas do neoliberalismo); 2) reestruturação de seus parques produtivos com a substituição do fordismo pelo toyotismo; e 3) liberalização e desregulamentação financeira e comercial, permitindo a mundialização do capital.

A etapa monopolista de Estado é, portanto, superada e o capitalismo entra numa nova fase de acumulação de capitais: a etapa do *capitalismo ultramonopolista*. Trata-se de uma etapa dominada pelas políticas estatais neoliberais, articuladas ao regime *flexível de acumulação de capitais*, sob o comando dos oligopólios transnacionais.

Na década de 1990, a "década neoliberal", a correlação de forças na luta de classes se altera com a ofensiva do capital e com a "crise do sindicalismo".

> *"A partir dos anos 90, ocorrem importantes mudanças organizacionais e tecnológicas nas empresas, impulsionadas pela política neoliberal de abertura comercial. É o que sugerimos como uma passagem para um "toyotismo sistêmico", cuja característica é promover a debilitação da classe, não apenas em sua dimensão subjetiva, mas objetiva. Por um lado, a captura da subjetividade do trabalho através de uma luta ideológica vigorosa, expressa nos investimentos em estratégias de manipulação do consentimento operário, tais como os Programas de Qualidade Total, CCQ's etc. Por outro lado, mais cruel ainda, a destruição do coletivo operário, através da terceirização, da descentralização produtiva e do desemprego, uma das maiores marcas das políticas neoliberais". (Alves, 2000b, p. 113).*

Com a inserção subordinada do Brasil na economia globalizada foram ampliadas as formas de exploração e opressão da classe trabalhadora, agora submetida a um regime de acumulação flexível de capitais, característico do capitalismo na sua fase ultramonopolista. Esse novo contexto provocou uma reorientação política do movimento sindical. O novo sindicalismo abandonou a estratégia do confronto (presente especialmente na década de 1980) e adotou uma orientação "propositiva", isto é, a perspectiva de que os sindicatos devem propor soluções aos problemas sociais e econômicos do país, participando de fóruns de políticas públicas e tripartites.

Pode-se afirmar que o predomínio do *sindicalismo propositivo* da CUT e do *sindicalismo de resultados* da Força Sindical produziu dois importantes efeitos: no plano das políticas nacionais, a colaboração das centrais sindicais com os

governos neoliberais, participando de fóruns governamentais, recebendo recursos estatais e gerindo projetos de qualificação dos trabalhadores sob a égide do toyotismo; e, no plano das políticas nos locais de trabalho, os sindicatos de base reproduzem o neocorporativismo, isto é, estratégia de luta sindical setorial e colaboracionista, centrada nos setores mais organizados da classe trabalhadora (metalúrgicos, bancários, petroleiros) em detrimento dos setores superexplorados.

Todo o processo de flexibilização e desmonte das legislações trabalhistas e previdenciárias que faz parte das políticas neoliberais do Estado não afetaram a estrutura sindical brasileira. Observa-se não só a sua manutenção, mas também a sua expansão. A estrutura do sindicalismo de Estado, ao contrário do que se chegou a imaginar, não terminou juntamente com a Ditadura Civil Militar e com a promulgação da Constituição de 1988. Na verdade, ela foi mantida, principalmente nos seus aspectos invariantes, e foi ampliada com a entrada em vigor da Lei nº 11.648 (a "Lei das Centrais Sindicais"), de 31 de março de 2008 (que substitui o PL 1990/2007), que oficializa as centrais sindicais, ou seja, o sindicalismo de Estado passa a incorporar as entidades gerais dos trabalhadores que antes estavam fora da estrutura oficial, convertendo as entidades gerais em centrais oficiais.

Nos termos da Lei, as centrais sindicais são entidades de representação geral dos trabalhadores, constituídas em âmbito nacional, com atribuições e prerrogativas de coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a elas filiadas e participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.

A nova legislação também estabelece os critérios de representatividade (mínimo de filiação) e abrangência nacional (presença nas regiões do país) para o reconhecimento legal central sindical, determinando a participação das centrais sindicais na divisão do imposto sindical, cabendo a elas 10% do imposto, que no ano passado arrecadou R$ 1.441,00 bilhões de reais.

Desde o "varguismo" ao "lulismo", a ideologia estatista reproduzida pela sindicalismo oficial alimenta o mito do "Estado-protetor" acima da luta de classes. (Foto: RJ, 1940)

Fica explícito o que leva a legalização das centrais sindicais: a reprodução dos aspectos fundamentais do sindicalismo de Estado, ou seja, as entidades gerais dos trabalhadores são convertidas em órgãos consultivos do Estado, com acento nos fóruns nacionais e tripartites e, consequentemente, exercendo um poder discricionário sobre a classe trabalhadora. Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) definir se uma entidade é uma central sindical; passando as Centrais Sindicais a serem financiadas pelo imposto sindical.

Os efeitos da incorporação das centrais à estrutura burocrática estatal se assemelham àqueles que incidem sobre os sindicatos de base: desorganização da classe trabalhadora e a submissão política e ideológica do movimento sindical aos interesses da burguesia.

A desorganização resulta da centralização e hierarquização da representação sindical, que provoca um distanciamento do sindicato de base da central sindical. Os trabalhadores perdem o direito de financiar as entidades gerais às quais são filiados, pois essas são incluídas na divisão do imposto sindical. E as centrais são reduzidas a cartórios, ou seja, devem cumprir critérios quantitativos de filiação e de distribuição pelas regiões do país para receber o reconhecimento legal.

A Lei nº 11.648/2008 define a colaboração com o Estado e com os empresários como os objetivos políticos das centrais. Portanto, a linha política das entidades gerais não é definida pelos próprios trabalhadores, mas determinada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Mais importante do que os próprios efeitos da legislação das centrais para o entendimento das atuais concepções e práticas políticas hegemônicas do movimento sindical é o posicionamento das correntes e partidos políticos que dirigem as centrais diante da nova lei.

A análise dos documentos oficiais das centrais sindicais legalizadas (CUT, FS, NCST, UGT, CTB e CGTB), ou seja, que cumprem os critérios impostos pelo MTE, mostra que todos lembraram com entusiasmo a Lei das Centrais. No Caderno de Teses do 10° CONCUT tem o seguinte posicionamento:

> *"A CUT teve uma participação ativa nas negociações que culminaram no Projeto de Lei de reconhecimento institucional das Centrais Sindicais, resultado de um acordo entre trabalhadores e governo que recuperou parte importante dos debates e propostas feitas no Fórum Nacional do Trabalho. Com o reconhecimento, a CUT passou a representar legalmente os trabalhadores nos fóruns e instâncias nos quais existem debates de interesses da classe trabalhadora". (Caderno de Teses X CONCUT, 2009, p. 21).*

Em entrevista, o presidente da CTB e militante do PCdoB, Wagner Gomes, afirmou: *"A legalização das centrais é um avanço e terá impactos positivos para o sindicalismo brasileiro, embora não*

São Paulo, junho de 2010 - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) reune as seis centrais legalizadas CUT, Força Sindical, NCST, UGT, CTB e CGTB, e reafirma como positivo Lei de legalização das Centrais Sindicais.

seja remédio para todos os nossos males" [1]. E o posicionamento da Força sindical pode ser bem entendido no seguinte trecho do texto escrito pela jornalista Carolina Ruy, e disponível na página da FS: *"O Projeto de Lei Presidencial que oficializa as centrais sindicais, em curso no Congresso Nacional, é uma conquista para os trabalhadores e fortalece a democracia em nosso país"* [2].

O presidente da UGT, Ricardo Patah, saudou o projeto de legalização das centrais em carta aberta: *"Quero, meus amigos e minhas amigas, dizer que, em virtude da união de todas as centrais e da efetiva colaboração dos membros da UGT, o reconhecimento das centrais, no último dia 11, representa um novo marco para o sindicalismo nacional"* ("Carta do Presidente", São Paulo, 17 de março de 2008). Do mesmo modo, a CGTB saudou a legalização com a seguinte chamada *"Parabéns companheiros, a CGTB está legalizada!"*, e completa:

> *"A legalização das centrais sindicais é uma conquista histórica e coroa uma longa batalha pelo fortalecimento da luta dos trabalhadores. A Lei 11.648, aprovada pelo Senado e pela Câmara, foi sancionada pelo presidente Lula no dia 31 de março, estabelecendo os critérios para o reconhecimento das centrais sindicais"* [3].

Os trechos citados mostram que o apego à tutela estatal, característico da ideologia estatista, é reproduzido pelas políticas e práticas de todas as centrais sindicais do Brasil contemporâneo. As correntes, lideranças e militantes sindicais não romperam com o fetichismo do Estado protetor, mesmo quando o Estado suprime direitos dos trabalhadores e, consequentemente, não têm sido capazes de produzir uma política classista para os trabalhadores.

Pode-se concluir com esse rápido panorama da história e das linhas políticas das centrais sindicais legalizadas que na atual fase ultramonopolista do capitalismo, as políticas do sindicalismo propositivo e do sindicalismo de resultados reproduzem a ideologia estatista no interior do movimento sindical, pois retiram o protagonismo dos trabalhadores das suas lutas enquanto classe autônoma e estabelecem o colaboracionismo como linha de atuação política.

Enquanto estratégia de ação política, o sindicalismo propositivo pressupõe a elaboração de propostas "realistas" para negociá-las nos fóruns tripartites. As propostas dos sindicalistas não podem ser "radicais" para evitar o confronto com empresários e com o governo. *"Portanto, o método propositivo condiciona uma postura conciliatória com o neoliberalismo"* (Boito Jr., 1999, p. 159). Por sua vez, o sindicalismo de resultados possui discursos, programas e ações que *"assumem a defesa aberta das principais ideias e de boa parte das propostas políticas neoliberais"* (Id, p. 182).

Fica explicita a evolução da ideologia estatista que submete a política do movimento sindical aos interesses burgueses. Durante a fase monopolista de Estado o apego à estrutura estatal do sindicalismo provocou a desorganização e impediu o avanço de uma política classista pelo movimento sindical. Agora, durante a fase ultramonopolista, o predomínio das políticas colaboracionistas e a ofensiva burguesa reproduzem a subordinação (objetiva e subjetiva) do trabalho ao capital e, consequentemente, garantem a adesão do movimento sindical à expansão da tutela estatal, mesmo sendo este um Estado neoliberal.

Não existe, portanto, contradição entre a estrutura do sindicalismo de Estado e as reformas estatais neoliberais e o processo de reestruturação

produtiva. Isso porque no Brasil a estrutura sindical cumpriu e cumpre um papel fundamental na luta de classes: desorganizar e submeter à política dos trabalhadores aos interesses da classe dominante. A expansão da estrutura sindical oficial aparece como condição necessária à atual ofensiva do capital sobre o trabalho. Trata-se de um dublo efeito para se alcançar um objetivo: ampliação da tutela estatal e captura da subjetividade do trabalhador para garantir o regime de acumulação flexível de capitais.

O estatismo reproduzido hoje pelas correntes e militantes sindicais tem características distintas daquele estatismo que se desenvolveu a partir do "pacto trabalhista" iniciado na Era Vargas. O fetiche do Estado protetor é atualizado sob as bases ideológicas e práticas do neocorporativismo e das teses da "disputa da direção política do governo Lula-Dilma".

Concentrando o debate no sindicalismo cutista, pela sua importância política, percebe-se que o governismo é diferente daquele manifestado pelo sindicalismo varguista e do sindicalismo pelego do período militar. O governismo atual começou a ser forjado ainda nos anos de 1980, quando a orientação política socialdemocrata da luta pela "conquista do poder" tornou-se a linha hegemônica. Inclusive pelas correntes cutistas mais combativas, pois a variante revolucionária da socialdemocracia, expressa no leninismo também reproduz o *fetiche do Estado* (Bihr, Op. cit.).

Tal orientação determinou o abandono do princípio do protagonismo da classe na luta pela emancipação, substituindo da ação da classe pelo "partido". Essa concepção característica da ideologia socialdemocrata submete o projeto de emancipação da classe trabalhadora à conquista e o exercício do poder de Estado com a *"via obrigatória e inevitável"* (Bihr, op. cit., p. 20). Desse modo, a defesa da candidatura Lula/PT para a presidência da república faz parte do projeto socialdemocrata da CUT, bem como a atual "disputa dos rumos da política do governo":

> *"A decisão da CUT em 2002 (10ª Plenária), de apoiar a candidatura Lula já no primeiro turno das eleições presidenciais foi um marco histórico no posicionamento político da Central. Essa candidatura representava os anseios da maioria da sociedade brasileira e dos trabalhadores e a possibilidade de concretizar uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. A chegada à presidência das novas forças representou um marco histórico e abriu novo ciclo político no país, marcado pela disputa de rumos do país em torno à superação do neoliberalismo. Mas a eleição não significou imediatamente uma total alteração da correlação de forças políticas. Assim, tanto no governo como na sociedade há uma forte disputa política". (Resoluções do IX CONCUT, 2006, p. 7).*

O que se observa nas análises dos documentos da central e no estudo das obras produzidas sobre sua política é a evolução, ou melhor, o aprofundamento do estatismo enquanto ideologia que orienta a prática sindical. **A passagem da orientação socialdemocrata para o sindicalismo propositivo e, consequentemente, conciliatório e colaboracionista. O amadurecimento do colaboracionismo se expressa no governismo, ou seja, na defesa de um governo neoliberal.**

Portanto, a pronta adesão à legalização das centrais não é uma fé cega numa liderança política à frente do executivo federal, **mas sim a institucionalização de uma prática política sindical que se tornou hegemônica nos anos 90, quer dizer, as concepções e práticas do sindicalismo propositivo foram convertidas em lei.**

Referências bibliográficas:

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Boitempo, 2000a.

_____. Do "novo sindicalismo" à "concertação social" ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). Rev. Sociologia e Política, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000b.

BOITO Jr., Armando. O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: Editora da Unicamp; HUCITEC, 1991a.

_____. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã, 1999.

_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In Boito Jr., Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991b.

_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Crítica Marxista, São Paulo, n° 17, pp. 10-36, 2003.

BOTTOMORE, Thomas. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 1999.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. 3ª. ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo, Xamã, 1996.

COSTA, Sérgio Amad. Estado e controle sindical no Brasil. São Paulo, T.A. Queiroz, 1986.

COSTA, Sílvio. Tendências e centrais sindicais. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.

GOMES, Angela Castro. A invenção do trabalhismo. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. 12ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2003.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização. São Paulo, Boitempo, 2001.

Notas:

[1] Entrevista datada de 03/032008, disponível na página da CTB: http://portalctb.org.br, acessado em 22/11/2008.

[2] Ruy, Carolina. Conclat e as centrais. Disponível em http://www.fsindical.org.br, acessado em 22/11/2008.

[3] Disponível em http://www.cgtb.org.br, acessado em 22/11/2008.

A política revolucionária e a pequena política burguesa e reformista:

Balanço anarquista das eleições 2010 no Brasil e cenários para os próximos anos

Um balanço das eleições presidenciais no Brasil é necessário. As análises feitas da ótica burguesa e reformista se resumem à constatação de "índices quantitativos". Número de votos por partido, número de representantes eleitos para o legislativo e o executivo. Formação de "maiorias" ou "minorias" no Congresso Nacional (Câmara de Deputados e Senado) e Assembléias Legislativas Estaduais.

Michel Temer (PMDB), Dilma e Lula (PT) no ato de posse no "novo" governo.

Esse modelo "quantitativista" de política abstrai o elemento fundamental: quem controla os fatores reais de poder. Por isso, uma análise revolucionária deve saber ao mesmo tempo apontar como diferenças e mudanças na composição dos Governos podem influenciar a política nacional. E como esta política condiciona a política revolucionária. Condicionar não é "determinar". A política nacional cria condições objetivas e subjetivas que a política revolucionária não pode ignorar. A política econômica, as relações de trabalho, a política agrária e agrícola, a repressão e etc. (e conseqüentemente determinados aspectos da relação de classes) são dadas pelas decisões de Estado e de Governos.

É nesse ponto que reside um dos cernes da diferenciação do bakuninismo de outras correntes de pensamento. Seja do marxismo social-democrata (nas suas variantes revolucionárias e reformistas), seja do republicanismo radical e do conservadorismo. Todas essas correntes, com poucas exceções tendem a reduzir política à atividade de Estado, e logo, reduzir o Estado ao Governo. Essa dupla redução leva a uma contínua desorganização dos trabalhadores enquanto classe. O bakuninismo sempre pensou a política num sentido amplo. Bakunin sempre considerou que a luta econômica abrangia a luta política e que questões educacionais e cientificas faziam parte da questão político-econômica. É nesse sentido que iremos fazer nossa análise de como a mudança de governo condiciona a luta de classes no Brasil.

O objetivo desse texto é fazer um balanço das eleições 2010 mostrando exatamente como o reformismo se degenera na "pequena política". Ao mesmo tempo queremos demonstrar que existe espaço para o desenvolvimento de uma estratégia e tática revolucionária de massas, mesmo com um quadro de uma política nacional dominada pela "pequena política".

1) A política revolucionária em tempos contrarrevolucionários: tática e estratégia da luta local e nacional

É preciso fazer uma distinção que permita perceber que a política não resume a atividade de Governo, nem de Estado. E alguns conceitos ajudam a construir essa análise bakuninista da realidade. O fundamental é fazer uma diferença qualitativa entre os "tipos de políticas" que são praticadas. A política que expressa antagonismo no âmbito das relações e questões estruturais de classes, ou seja, de

confrontos estruturais; a política praticada no âmbito conjuntural ou cíclico (restrita pela dominação burguesa global e hegemonia de frações do capital nacional e estrangeiro).

A primeira política foi chamada pelo cientista político brasileiro René Dreiffus de *"grande política"*, a política que visa confrontar os fundamentos reais de poder e as relações de classes. A pequena política é aquela restrita aos marcos delimitado pela dominação historicamente constituída. Que se resume a luta pelo controle do Governo e dos cargos legislativos, executivos e administrativos de Estado e pela distribuição de poder. A grande política altera a *relação de forças entre as classes e frações* que exercem o poder. A pequena política aceita essa relação e busca mudar apenas a forma como recursos e poderes menores são *distribuídos e apropriados.*

A política (reformista, liberal e conservadora) praticada no Brasil está contida dentro da "pequena política". E como os setores que dirigem as organizações da classe trabalhadora estão enquadrados nessas orientações, a classe trabalhadora é arrastada à pequena política.

Quem faz a grande política hoje? Determinados setores da burguesia (pois grande parte da burguesia se engalfinha na pequena política sob a forma do clientelismo e corrupção); a burguesia militar, os intelectuais orgânicos do empresariado e os agentes do imperialismo. São eles que definem os marcos estratégicos da "grande política" (que é assegurar o controle do Imperialismo sobre o Brasil e América Latina e a exploração e expansão da acumulação capital sob a forma do "neoliberalismo"). 'São os que definem as "reformas e as políticas macroeconômicas", bem como as estratégias de desenvolvimento, os investimentos e fluxos de capitais e as operações militares.

A "política nacional" corresponde quase toda ela em quase todos seus aspectos a pequena política (basicamente alocação de recursos e cargos). Mesmo entre a burguesia, aqueles que fazem a grande política são uma minoria. Mas é uma minoria orgânica e internacionalmente organizada e com o poder estabelecido. Por outro lado a classe trabalhadora é amarrada sistematicamente aos limites da pequena política. O exemplo das eleições 2010 mostra o esforço sistemático dos partidos reformistas (PT, PCdoB, PSOL, PSTU, PCB e etc.) de fazer os trabalhadores acreditarem que a *"pequena política"* é a *"política em si".*

Mas o que é mais característico da política na sociedade burguesa é a ilusão ideológica que ela produz. A sociedade burguesa cria a imagem de que a "política" – entendida como atividade de Estado ou de Governo - é que cria a "sociedade". Assim, ela abstrai os fundamentos últimos dessa política – os fatores reais de poder – dados pelo monopólio do uso da violência da burguesia através do Estado e pela diferenciação de classes e desigualdade econômica. Dessa forma cria a ilusão que mudanças estruturais podem ser feitas através de "políticas de governo". E é por isso que essa expectativa é sistematicamente frustrada. Pois ela não muda as relações de classe e relações de força, que sistematicamente impedem mudanças de ordem estrutural, mesmo dentro dos parâmetros do capitalismo [1].

A burguesia e o proletariado estão assim amarrados dentro de um *bloco histórico* (articulado pela anterior aristocracia operaria e sindical do PT, e hoje fração aburguesada), hegemonizado pela aliança entre a burguesia agrária e financeira, mas coligado com a burguesia industrial. Dessa maneira, estamos no Brasil numa situação singular. A "política nacional" é quase toda ela reduzida à pequena política. A grande política da burguesia é – como não poderia deixar de ser – uma política exercida em rede, internacional em essência, mas concretizada pelos fluxos de capitais e estacionamento de tropas, ditando as regras e os limites da pequena política.

A política reformista é ao mesmo tempo uma pequena política praticada em escala nacional. E é por isso que ela sempre é derrotada quando se defronta com a grande política burguesa. Na realidade, a pequena política reformista é usada para os fins determinados para a grande política burguesa.

E o que é a política revolucionária? A política revolucionária necessariamente é também a grande política. Mas no quadro do Brasil em que a classe trabalhadora e sua ação política nacional são dominadas – ou tragada – pela pequena política, temos a curiosa situação em que necessariamente a grande política – do ponto de vista revolucionário – é uma política "local". Local no sentido em que ela é praticada em pequena escala, disputando não somente com os reformistas, liberais e conservadores espaço político, mas as próprias condições que definem a ação política.

A grande política dos revolucionários hoje é feita no plano micro, local. A pequena política da burguesia e dos reformistas é feita em nível nacional, ma sempre restringindo a política a pequenas disputas secundárias em relação aos problemas estruturais. E a grande política da burguesia é feita por uma minoria em todos os níveis, nacional e internacional.

Mas apesar de todos os esforços da burguesia e dos setores reformistas para criar a ilusão de que a política se resume a pequena política burguesa, a classe trabalhadora no Brasil ainda apresenta uma grande indiferença ante essa política. Logo, existe terreno para o desenvolvimento de uma política revolucionária – um tipo de grande política – e uma política de massas classista e internacionalista que é sua expressão. Mas para isso é preciso romper com o reducionismo do conceito de política marxista social-democrata, liberal e conservador.

As grandes questões da classe trabalhadora devem ser hoje assim colocadas nas questões locais. O importante é que essa política local passa a ser uma grande política desde que ela seja orientada para produzir contradições estruturais. Exemplos são as manifestações recentes dos trabalhadores de Jirau; os atos de desobediência nas greves dos bombeiros militares do Rio de Janeiro. Esses atos expressam um antagonismo que o sistema não consegue resolver nem tolerar. E por isso buscam exatamente desqualificar e criminalizar essas ações. Para transformá-los num movimento anti-sistêmico, é preciso reorganizar os trabalhadores e suas táticas de luta.

2) A rendição à pequena política: o programa do Governo Dilma subordinado a estratégia do capi-

tal/imperialismo

As eleições 2010 servem para expressar como as forças objetivas do sistema capitalista, a "grande política", demarca a adequação dos reformistas à pequena política. Ou seja, explicita como reformismo se degenera na pequena política burguesa. E como ele contribui para criar o fetiche de que a pequena política burguesa nacional é a "política em si". Mas iremos demonstrar exatamente o contrário.

A pequena política burguesa é a negação da grande política do proletariado. Esse processo, enquanto fenômeno objetivo e subjetivo se expressa diretamente no tipo de política de Governo que foi realizada por Lula e será realizada por Dilma. E da análise dessa política poderemos visualizar o tipo de desafio e de condições que uma política classista e revolucionária irá encontrar no próximo período.

Hidrelétrica de Jirau, Rio Madeira, Rondônia , março/2011 - Rebelião dos operários das obras do PAC devido às péssimas condições de trabalho e a repressão policial.

Durante o processo eleitoral o PT/Dilma apresentou dois programas de governo, o segundo como correção ao primeiro (Modificando posicionamentos sobre o controle social da mídia, jornada de trabalho, aborto, entre outro que se ajustasse aos parâmetros definidos pelos setores mais conservadores). Tal fato é mais uma manifestação da integração completa do reformismo no universo da pequena política burguesa.

Nesta análise nós nos debruçamos sobre o segundo programa (o oficial): *"Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira"*, assinado por 10 partidos (PT, PMDB, PC do B, PRB, PDT, PR, PSC, PSB, PTC, PTN). Tal programa não apresenta grandes modificações às linhas gerais expressas no Programa do Governo Lula de 2002 e se expressa muito mais como um programa de continuidade, de manutenção do pacto de colaboração de classe e do desenvolvimento capitalista.

Ele repete a centralidade da ótica burguesa expressa na necessidade de dar continuidade e fortalecimento ao *"crescimento econômico"* como o principal meio para diminuir a desigualdade social e avançar na democratização do país. Neste processo o programa identifica trabalhadores, empresários e sociedade civil como setores ativos e progressistas.

Podemos dizer que o programa tem quatro orientações em seu núcleo central: a) em primeiro lugar, a política desenvolvimentista vê as reformas sociais subordinadas ao *crescimento econômico* (exatamente como a Ditadura o fazia em seu discurso), associando isso aos incentivos ao capital financeiro e industrial; b) a política de reforma agrária no programa se faz pela política agrícola, de maneira que se visa fortalecer a exportação de commodities e as relações comerciais do setor; c) um terceiro item que é a marca dessa política é a idéia de que a radicalização da democracia se confunde com a disseminação de fóruns tripartites (Estado, trabalhadores e empresários), reduzindo assim a democracia a sua função meramente consultiva; d) Outro item fundamental é a política de segurança pública, entendida como uma política de repressão sobre os pobres. Combinada com as demais mostra o caráter repressor e policial da política do governo Dilma e suas continuidades estruturais.

a) O desenvolvimento como crescimento econômico: As parcerias público-privadas aparecem claramente como uma das bases do Estado desenvolvimentista. No programa o fortalecimento de bancos e empresas públicas é essencial para "desenvolver uma iniciativa privada pujante". O PAC II assim como a reforma tributária visam incentivar o crescimento e acumulação do setor produtivo industrial e agro-exportador através da isenção de impostos, a expansão do crédito ou a injeção direta de verbas. O aumento do consumo em muito se deveu a expansão no crédito, política muito alardeada por Lula e prometida por Dilma (Ponto 2 e 3), mas esta expressa sua fragilidade de estar baseada num sistema financeiro e numa economia que demonstra seus limites. O PAC I e II tem levado a concentração e mais monopólio. É ainda importante observar que há um grande aumento de gastos públicos para os mega-eventos esportivos de entretenimento – Copa 2014 e Olimpíadas 2016 – que, a exemplo de Montreal, em 1976, e Grécia, em 2004, podem ter um imenso impacto negativo com o avançar da crise econômica que começou em 2008.

b) Política para agricultura: A política do PT para a agricultura reflete o programa de colaboração de classe e de apoio direto ao agronegócio e o latifúndio no Brasil. O apoio político de Zacanner (fundador da UDR) a Dilma não é por acaso. A falsa reforma agrária de Lula estava completamente acoplada ao avanço do agronegócio no campo. O II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) assentou apenas 163 mil famílias entre 2003 e 2007, 29% da meta inicial de 550

mil novas famílias assentadas. Em 2008 o número reduziu ainda mais (em 2006, foram 45 mil, em 2007, somente 31 mil, e em 2008, apenas 20 mil). Um número significativo desses assentamentos se deu nas regiões de expansão da fronteira agrícola, com criação de reservas de mão-de-obra para o agronegócio no centro-oeste e norte do país. Ao fim de 2008 tivemos, ao todo, apenas 180 mil assentados. Em 2008 e 2009 a situação piorou, pois foram aprovadas, respectivamente, a MP 422 e a MP 458, que permitem o aumento da dimensão, para aquisição/legalização, de terras griladas (de 1.500 para 2.500 hectares) beneficiando claramente o agronegócio. Dessa forma a tendência do Governo Lula foi de uma contrarreforma agrária e o claro beneficiamento do agronegócio/latifúndio, seja através da legislação ou ao apoio tecnológico da EMBRAPA. As frases genéricas de "apoio ao pequeno trabalhador rural" exposta no programa é utilizada apenas como forma de cooptação eleitoral, como vimos nas políticas do PT entre 2002-2010.

Trabalhadores dos Correios queiam bandeira do PT durante ato de greve nacional - out/2011

c) A democratização do Estado com "cooptação e subordinação": Outro elemento central da política do PT é a ideologia da democratização do Estado com a participação da sociedade civil em fóruns tripartites, como a CONAE (Conferência Nacional de Educação), o Fórum Nacional do Trabalho, Conferencia de Comunicação etc. Isto se constitui numa das estratégias centrais de cooptação da classe trabalhadora e de controle e dos movimentos populares no Brasil. A CUT e o MST dirigidos pela Articulação - PT argumentam que o Governo Lula é responsável pelo "aumento do diálogo com os movimentos sociais". Mas o papel desses fóruns tem sido o de transmitir e formular as bandeiras do governo para os movimentos sociais, substituindo as reivindicações salariais, a luta pela terra e etc, pelo apoio as iniciativas genéricas e vazias do governo. Além disso, esses fóruns permitem a criação de cargos para serem distribuídos ao baixo clero da burocracia do movimento sindical e popular.

d) Aumento da repressão aos pobres combinada com políticas compensatórias: A política de segurança pública desenvolvida pelo PMDB no Rio de Janeiro foi tomada como modelo. As "UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora) e aumento da repressão são apontados como modelo para o Brasil (Ponto 12). O fortalecimento da repressão e mudança dos mecanismos de controle social (com a desarticulação do tráfico, expansão das milícias e criação das UPP's estão montando as condições para aplicação das medidas de arrocho econômico e social que serão necessárias à execução dos megaprojetos desenvolvimentistas (dos quais a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016) são apenas os mais emblemáticos, mas existem ainda os mega-projetos do PAC. Esses mega-projetos exigem grande destinação de verbas para infraestrutura e segurança, o que ocasionará desvio de verbas de outros setores e maior arrocho sobre a educação, saúde etc. Esta política está balizada em duas estratégias no próximo período: 1) O aumento da Repressão e 2) Os Fóruns Tripartites e a cooptação. A repressão sobre os trabalhadores vem se intensificando nos últimos anos (guetificação, UPP, milícias etc.). O que a suposta guerra contra as facções criminosas no RJ vem demonstrando para os trabalhadores é que o Estado não hesitará em colocar tanques nas ruas caso o povo venha a se rebelar contra a política econômica como vem fazendo os trabalhadores europeus. Junto a isso, o Governo promete fortalecer o "diálogo" implementando fóruns de cooptação sobre os trabalhadores. É importante compreender como esta política se compõe numa estratégia comum de dominação burguesa

A análise do programa Dilma/PT para o próximo período permite que tiremos algumas conclusões fundamentais. O processo de aburguesamento ideológico e material do PT faz com que a CUT (e os demais movimentos sociais e partidos reformistas) fiquem presos na pequena política. Ou seja, o programa de Governo Dilma garante todos os interesses estratégicos do capital imperialista, quer dizer, expressa a hegemonia da grande política burguesa. As questões dos interesses dos trabalhadores são desintegradas em um emaranhado de políticas que convidam ao dialogo – desde que o diálogo não ponha em questão essas medidas de interesse do grande capital.

Quando analisamos os pontos acima em seu conjunto, podemos ver que eles são de duas ordens distintas: as ***medidas econômicas*** e as ***medidas políticas.*** Todas as medidas econômicas do programa de Governo apontam para o fortalecimento e avanço de todas as frações do capital, financeiro, industrial e agrário. Nesse terreno, as medidas são efetivas e garantem a acumulação de terras, o subsídio para as empresas e expansão do crédito para garantir o comércio e a produção industrial. As medidas políticas por sua vez são de natureza aparentemente contraditória, e aqui reside o elemento principal, que caracteriza a

estrutura de poder no Brasil. De um lado, se fala em "democratização", de outro se constrói uma monstruosa estrutura de repressão sob argumento do "combate ao crime".

Essa medida não é contraditória, pois a democracia é a democracia limitada e restrita para as burocracias sindicais e populares cooptadas e para a própria burguesia. Para o proletariado marginal e a grande massa dos trabalhadores, será a política do porrete. Nesse sentido é um modelo parecido com o de outros países semi-periféricos, como o México, em que a "democracia" coexiste uma a política de repressão em larga escala e violência sistemática contra os trabalhadores.

Mas essas políticas têm seus limites. De um lado: 1) A crise Econômica Mundial e 2) As transformações da classe trabalhadora e a luta de classes. A crise se prolongando em países do centro tende a se irradiar diminuir as condições favoráveis que o Brasil contou ate certo ponto, exatamente no que é o pilar fundamental do governo Dilma: o gasto público e investimentos no crescimento e nos megaprojetos.

Em relação à crise internacional é importante destacar que os EUA, Alemanha, França e Inglaterra têm mantido a política de beneficiar a Burguesia Financeira alimentando a mesma. Essa postura tem sido criticada até mesmo pelos economistas burgueses. Isso tem significado na prática que os EUA ao invés de aumentar os gastos públicos com obras e melhoria do serviço público têm apostado na exportação e endurecimento fiscal. Na Europa a situação é ainda mais complicada, e essa tem sido a mesma postura da Alemanha (principal economia européia) que tem forçado países como Grécia, Espanha, Islândia e Irlanda a tomarem medidas fiscais neoliberais. Ou seja, a Alemanha continua a aumentar a sua exportação de produtos ao passo que os outros países entram em uma crise profunda, com aumento contínuo do desemprego, principalmente entre os jovens. Os Estados Unidos estacionaram seu desemprego na casa dos 10% e chegaram ao nível europeu dos anos 90. Isso demonstra, ainda que seja necessária uma análise mais aprofundada, que para baratear os salários os Estados e a Burguesia têm aumentado o desemprego no centro do capitalismo.

O corte de gastos públicos e arrocho salarial implicarão num novo tipo de desgaste na base de sustentação do Governo Dilma entre os movimentos sociais. O Novo Governo já realizou cortes orçamentários e fala de uma possível reforma da previdência.

De outro lado um fator fundamental é a transformação da classe trabalhadora brasileira, que conhecerá a entrada de uma nova geração de trabalhadores que não conheceu e não se iludiu com o velho PT e logo não tem o mesmo compromisso com o novo e aburguesado PT. A política de burocratização da CUT e demais centrais governistas, que desmobilizou as lutas e organizações, criou um hiato desse setor aburguesado com a classe trabalhadora em formação. Esses novos trabalhadores se encontram ainda fora da órbita da luta econômica e política, apenas tangenciam a mesma. Mas é essa nova geração de trabalhadores que apenas começa a entrar no mercado de trabalho que será o fiel da balança. Ela tornando-se ativa, poderá derrubar a velha burocracia do movimento sindical-popular e criar um novo movimento de massas no Brasil, capaz de levar a classe trabalhadora a fazer a "grande política" em escala nacional.

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE - 1º TURNO

CANDIDATO	PARTIDO	VOTAÇÃO NOMINAL	% VÁLIDOS	SITUAÇÃO
Dilma Rousseff	PT	47.651.434	46,91%	2º Turno
José Serra	PSDB	33.132.283	32,61%	2º Turno
Marina Silva	PV	19.636.359	19,33%	Não eleito
Plínio de Arruda Sampaio	PSOL	886.816	0,87%	Não eleito
José Maria Eymael	PSDC	89.350	0,09%	Não eleito
Zé Maria	PSTU	84.609	0,08%	Não eleito
Levy Fidelix	PRTB	57.960	0,06%	Não eleito
Ivan Pinheiro	PCB	39.136	0,04%	Não eleito
Rui Costa Pimenta	PCO	12.206	0,01%	Não eleito

Fonte: TSE

Uma análise dos resultados das eleições permite que vejamos isso. As eleições comprovam que a legitimidade do PT e das instituições burguesas não são tão grandes e extensas quanto se quer fazer acreditar.

3) As eleições de 2010: os limites da pequena política e o fracasso do reformismo governista e de oposição

O balanço dos resultados das eleições presidenciais indica duas coisas. Em primeiro lugar, avaliamos que há a consolidação do bloco governista PT/PCdoB. O governismo assim conhece um momento de expansão (o que não o isenta de contradições e desafios), mas ao mesmo tempo de limitação (já que a votação de Dilma em termos proporcionais é menor do que a de Lula em 2002). Lula teve 52 milhões de votos que representavam 61% do eleitorado. Dilma em 2010 teve pouco mais de 50% dos votos válidos.

Em segundo lugar, mostrou o fracasso da oposição reformista (do tipo PSOL/PSTU), que além de terem uma desastrosa política no movimento sindical-popular, confirmaram a inviabilidade de seu projeto político estratégico (de se converterem em partidos eleitorais de massa). Sua política se resume a debater leis especificas de onde constroem suas mobilizações (como os plebiscitos), ou seja, continua a mesma estratégia de 2006/2007, subordinando sua política de massas a política do setor governista. Com isso fica a reboque do bloco PT/CUT e PCdoB/CTB.

Os dados das eleições podem servir para mostrar o resultado dos partidos reformistas de "oposição" ao governo Lula/PT nas ultimas eleições. O PSOL foi o partido mais votado desse campo, e mesmo assim não chegou nem mesmo a um milhão de votos. O PSTU, o PCB e o PCO tiveram votações inexpressivas (ver tabela ao lado).

Mas o mais importante desses dados é pensar em que medida estes partidos abdicam de ter uma política

de massas classista e combativa para poder fazer a "luta política" (eles confundem a pequena política burguesa com a política em si) no Estado, e não conseguem ter a menor expressão nesse campo. A sua inexpressão é na realidade o resultado da sua incapacidade de ter uma política estratégica que realmente expresse as contradições de classe com as políticas do campo governista (PT/PCdoB). Ficam assim presos à política do PT, tentando substituir o PT, mas sem ter a mesma base social.

Mas a historia só se repete como farsa ou como tragédia. E a tragédia do reformismo do PSOL, PSTU, PCB, é não conseguir reproduzir os passos do PT. Eles estão querendo saltar a etapa da luta de classes real – que o PT através da CUT e outros movimentos – conseguiram canalizar nos anos 1980. Mas isso não se deve apenas a incapacidade desses partidos, ou sua subordinação à pequena política burguesa. Mas também da própria dinâmica da classe trabalhadora.

O resultado das eleições quando analisados de forma mais global indica outro processo: a reduzida legitimidade global do governo Dilma e do próprio sistema e instituições burguesas. Quando nós consideramos a composição do eleitorado, podemos ver que o número de abstenções, votos nulos e brancos alcança no número de 34 milhões, o que corresponde a cerca de 30% dos votos válidos e mais de 20% do total do eleitorado. Ou seja, a maioria conseguida por Dilma está longe de expressar um apoio inconteste a seu Governo. Ao contrário. Isso sem levar em conta uma análise qualitativa de como são mobilizados os eleitores (clientelismo, repressão, patronagem e etc.). (Veja tabela a seguir.)

Por um lado essas eleições mostram o fortalecimento limitado do governismo, mostram também o fracasso da estratégia da oposição reformista ao governismo. Mas revelam que existe terreno para o crescimento de uma oposição revolucionária e classista e internacionalista. Nesse sentido, é preciso traçar algumas tarefas que podem orientar a luta local, mas que dão à luta local o caráter diferenciado de grande política, classista e internacionalista, em oposição à pequena política burguesa e reformista.

QUADRO DE COMPARECIMENTO (1º TURNO)	
Número total de eleitores	135.804.433
Soma de comparecimento	111.193.747
Soma de votos nominais	101.590.153
Soma de votos válidos	101.590.153
Soma de votos brancos	3.479.340
Soma de votos nulos	6.124.254
Abstenções	24.610.296

Fonte: TSE

4) Rio de Janeiro, Distrito Federal e Ceará como casos exemplares para a grande política feita em micro-escala

A análise das situações do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Ceará são emblemáticas não somente por esses estados terem algum tipo de política revolucionária encaminhada pelos bakuninistas, mas pelo perfil regional e pelo alinhamento entre a política regional e federal. Não somente são três regiões do país com perfis distintos (Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste), mas o resultado das eleições permitiu uma configuração de aliança governista entre a Presidência da República e o Governo Estadual e mostra como os projetos desenvolvimentistas vão impactar em cada região.

No Rio de Janeiro a reeleição de Sérgio Cabral (PMDB) aponta para a continuidade da política neoliberal, de precarização do trabalho e dos serviços públicos estaduais com intensificação da repressão. Essa política sob a forma da "guetificação" que remodelará a cidade através das UPP's e do aumento da Força Policial-Militar e diminuição do serviço público, através da terceirização da Saúde e Educação. Na Educação o governo tem implementado projeto piloto de escolas em parcerias com a OI (da telefonia celular) e o Grupo Pão de Açúcar (supermercados). Isso pode significar a formação de novos conglomerados do setor de serviços, tal como a educação superior no governo FHC. Na Saúde a estratégia tem sido a instalação das UPAS com militares e terceirização e a instalação de Fundações nos Hospitais.

Ou seja, o governo Cabral tem alimentado o crescimento da "burguesia de serviços", isso fica evidente com a política de formação de Centros vocacionais Técnicos, ligados a FAETEC e de cursos para a rede hoteleira na UPP da Cidade de Deus. A remodelação da cidade implicará no aumento da violência contra as ocupações do centro da cidade, principalmente da zona portuária, assim como a periferização do Rio de Janeiro e o deslocamento das favelas para outras áreas da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. O alinhamento Dilma - Sérgio Cabral se dá assim pela execução das medidas políticas e econômicas, com destaque para as medidas voltadas para a segurança pública e também para os mega-projetos da Copa e Olimpíadas. Dessa maneira, nós temos uma configuração destacada do Rio de Janeiro no cenário político nacional, em razão do que representa esses mega-projetos em termos políticos e de investimento estrangeiro e interno.

No Distrito Federal as eleições 2010 foram marcadas substancialmente pelos casos de corrupção que a antecederam, envolvendo o ex-governador José Roberto Arruda além de diversos outros políticos, empresários e secretários (tal como o Ex-secretário de Educação José Valente) vinculados a diferentes legendas partidárias que compunham a base de apoio do Governo do DEM, com destaque especial ao PSB e PDT. Estes ironicamente, além de estarem envolvidos nos casos de corrupção investigados pela operação "Caixa de Pandora" (como é o caso de Rogério Ulysses do PSB), após tais fatos saíram da base de apoio do GDF e entraram no "Movimento Fora Arruda", uma frente única reformista formada com o objetivo de derrubar o então governador capitalizando eleitoralmente o caso de corrupção nas próximas eleições. Afinal de contas, os partidos governistas (PT e PCdoB) e os para-governistas (PSTU e PSOL) também queriam garantir o seu panetone.

Com a vitória de Agnelo (PT), o que se desenha para o cenário da luta de classes no DF é uma configuração diferenciada daquela vista nos governos anteriores de Joaquim Roriz (1998-2002, 2002-2006) e José Roberto Arruda (2006-2010).

Como já demonstrado acima, não existe modificação substancial na política econômica neoliberal, o que nos faz falar em novidade é o fato deste Governo agora poder contar com à cooptação das organizações populares em decorrência da política de conciliação de classes do Governismo petista hegemônico em grande parte dos movimentos sindicais, populares e estudantis do DF, mais especificamente na CUT e na UNE. Isso significa dizer que a postura das burocracias sindicais e estudantis, até então traduzidas em colaboracionismo e oportunismo aberto nas lutas, frente ao novo Governo do Distrito Federal será marcada pelo desenvolvimento final do ciclo reformista: a passagem de tais burocracias ao papel de sucursais executivas do Estado capitalista, auxiliares diretos das políticas neoliberais a nível distrital.

Cartaz da campanha "Não vote! Lute!" levada a cabo pela RECC - Rede Estudantil Classista e Combativa e por militantes do movimento sindical no RJ, CE e DF.

No DF, no total de 1.833.942 eleitores, os votos nulos, brancos e as abstenções contabilizaram no primeiro turno 436.039 brasilienses e no segundo turno 509.413 brasilienses, número que no segundo turno superou os votos recebidos pela candidata Weslian Roriz (PSC). Fica claro neste quadro o tom de negação e descontentamento de parte significativa de trabalhadores brasilienses perante o processo eleitoral. Porém, tal demonstração de negação das eleições, na atual conjuntura se encontra dispersa e ainda não se expressa capitalizada por nenhuma alternativa política e organizativa específica. No DF, para presidente, governador, senador, deputado estadual e federal no 1º turno foram registrados comparecimento de 4.699.435 e abstenção de 1.178.631. No 2º turno para presidente foram registrado comparecimento de 4.519.588 e abstenção de 1.358.604.

No primeiro turno da eleição presidencial deste ano, o índice de abstenção nacional foi de 18,22%. No Ceará, o número chegou a 20,05%. Segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao final da apuração dos votos, o índice de abstenção no País girou em torno dos 21%.

No Ceará, a abstenção ficou acima da média do País: um pouco mais de 23%. Cid Gomes (PSB) foi reeleito, o governador teve como principal bandeira de governo a segurança pública, através do programa Ronda do Quarteirão. O candidato do tradicional tucanato cearense, protegido de Tasso Jereissati, ficou bem abaixo do governador eleito. Neste governo podemos esperar o superdesenvolvimento dos programas de segurança e de planejamento urbano em decorrência dos megaeventos que se aproximam (Copa 2014). Em conseqüência a criminalização da pobreza (ataque aos camelôs, moradores de rua), criminalização do movimento popular (ataque as comunidades que estão contra as remoções), numa articulação entre o capital imobiliário, o setor de turismo e o Estado. A continuidade da política governista no Nordeste, com base nos principais estados da região. Cid/PSB se reelege e governará no Ceará com uma ampla base de apoio na câmara e no senado. A aliança PRB/PDT/PT/PMDB/PSC/PSB/PCdoB lhe garantiu terreno no senado, nos deputados federais e estaduais, aprofundando o continuísmo. Um dado interessante é a eleição do quarto deputado estadual mais votado, Ivo Gomes/PSB, irmão de Cid e Ciro Gomes, imprimindo um selo oligárquico ao continuísmo cearense. A oposição de direita do PSDB estadual se organiza para em 2012 galgar aos cargos municipais em decorrência do seu fraco desempenho nas eleições estaduais. O plano de governo de Cid/PSB foi perpassado nos últimos quatro anos pela estratégia de transformar as questões sociais em questões de "segurança pública", isso quer dizer, em caso de polícia.

As medidas contra todas as mazelas sociais que vivemos foram perpassadas pelo eixo administrativo da "segurança pública", resolvendo questões trabalhistas, estudantis, de moradia, terra e saúde com o incremento do aparelho repressor de Estado, que teve no Ronda do Quarteirão seu carro-chefe. Com os preparativos para a Copa de 2014 o cenário que se abre para os próximos anos é de mais ofensiva sobre o povo, juventude pobre e trabalhadores em geral.

Podemos dizer então que:

1) Nos três casos, há o alinhamento entre o Governo Federal e o Governo Estadual/Distrital. No caso do DF, ocorre o alinhamento do movimento sindical e popular com o Governo Distrital resultante do processo especifico local de luta contra a "corrupção" que levou a vitória do PT; no caso do Rio de Janeiro, temos o peso da política do PMDB, principal aliado do Go-

verno, mas que deixa uma composição mais complexa da relação do movimento sindical e popular como Governo Estadual, o mesmo acontecendo no CE. Assim, o combate ao governismo no DF é o combate direto ao PT, enquanto que no RJ e CE a luta contra o governismo é mediada pela luta contra os partidos burgueses como o PMDB e pequeno-burguês como o PSB.

2) As tarefas que derivam dessa situação são complexas. Mas o que não se pode perder de vista é que a subordinação direta do movimento sindical-popular ao Governo Federal e Distrital (caso do DF) ou indireta ao Governo Estadual (caso do RJ e CE) deve ser combatida pela mesma grande política. E esse combate se dá pela formulação de um correto programa reivindicativo, que sirva para mobilizar os trabalhadores por bandeiras políticas e econômicas que entrem em contradição com o projeto estratégico da burguesia implementado pelo PT e todo o bloco histórico que ele integra.

A grande questão colocada é: como fazer a grande política, a política classista e internacionalista, no terreno local?

Em primeiro lugar, é preciso ter um programa e compreender a natureza estratégica e anti-sistêmica desse programa. O principal foco desse programa é a negação do aspecto ideológico central do programa neoliberal, que assume hoje contornos desenvolvimentistas: de que o crescimento econômico (ou seja, a expansão da acumulação de capital) é pré-condição das "conquistas sociais" para os trabalhadores. Em segundo lugar, é preciso reconhecer que apesar do refluxo das lutas e movimentos, a classe trabalhadora como um todo não legitimou o PT e mostra uma desconfiança difusa em relação à democracia burguesa.

Daí decorre que da análise das eleições 2010, do tipo de programa político estabelecido para o governo Dilma e suas principais contradições bem como da análise dos três casos do governo, é possível identificar algumas bandeiras conjunturais. Essas bandeiras agregadas ao programa político-econômico reivindicativo visam aprofundar o nível de consciência e antagonismo sistêmico:

1) Rechaçar a pseudo-democratização do Estado, denunciando o caráter repressivo e de classe da política de segurança pública e combatendo os Fóruns Tripartites (principais mecanismos da democratização-cooptação);

Manifestação de estudantes, professores e servidores da USP denunciando o caráter repressor da presença da polícia no campus. (Novembro de 2011)

2) Organizar os trabalhadores para lutar contra as remoções de favelas; reivindicar a construção de moradias populares e indexação dos preços dos alugueis para combater a especulação imobiliária; organizar os trabalhadores para lutar contra os efeitos dos mega-projetos desenvolvimentistas no campo e na cidade.

3) Lutar pelas reivindicações econômicas efetivas: escala móvel de salários, salário mínimo estabelecido pelo custo de vida real; reivindicações econômicas indiretas como ampliação do sistema de saúde e educação pública; ampliação dos direitos trabalhistas, especialmente redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais. Distribuição imediata de terras dos latifúndios e subsídios para os camponeses e trabalhadores rurais; aumento dos salários dos trabalhadores rurais.

Essas reivindicações "locais" e "econômicas" têm um grande potencial anti-sistêmico. Exatamente porque elas indicam a anulação dos objetivos táticos da grande política burguesa, seja no plano econômico (obras de desenvolvimento), seja político (realização dos megaeventos e extensão da cooptação estatal). Dessa maneira, é possível agir localmente combatendo à grande política burguesa. Enquanto que os reformistas agem nacionalmente, mas aceitando a política burguesa e se limitando a disputar a "pequena política da burguesia".

A tarefa central hoje é exatamente numa conjuntura desfavorável, de hegemonia conservadora, liberal e reformista é exatamente multiplicar os focos de luta de massa no plano local. Lutas que tenha essa orientação classista e internacionalista. A multiplicação desses focos de resistência classista e internacionalista será fundamental para a criação de parte das condições objetivas e subjetivas de um ascenso da luta de classes no Brasil. Esses focos é que poderão ajudar a voltar a criar uma organização da classe trabalhadora que consiga confrontar a grande política burguesa, ao mesmo tempo em que rechaça a pequena política burguesa e afirma a grande política proletária.

Notas:

[1] O exemplo mais claro disso foram às sucessivas "adaptações" feitas no programa da Dilma Rousseff/PT, que representaria a política de "reformas". O programa foi sendo modificado para apaziguar a oposição burguesa conservadora e vários itens foram retirados do programa.

CONSTRUÇÃO DE COMITÊS DE PROPAGANDA DA UNIPA

Como o objetivo de divulgar a teoria e a ideologia bakuninista e intervir na luta de classes, a União Popular Anarquista (UNIPA) está fomentando a construção de Comitês de Propaganda por todo o país.

Os Comitês de Propaganda têm a função de distribuir os boletins e os documentos da UNIPA, organizar seminários e debates, bem como auxiliar com apoio material em geral. Além de contribuir com informes locais, podendo enviar textos e análises, que poderão ser publicados de acordo com nossa política editorial, e também propor pautas para os boletins.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convidamos todos os companheiros e companheiras para difundir sua teoria e sua ideologia.

Ousar lutar, ousar vencer!

CONSTRUÇÃO DE PRÓ-NÚCLEOS DA UNIPA

O atual contexto da luta de classes no Brasil exige um posicionamento ideológico e teórico correto dos militantes dos movimentos sindical, estudantil e popular. O bakuninismo fornece a teoria, a estratégia e o programa revolucionário capaz de romper com o reformismo e avançar para a construção da ruptura socialista e revolucionária.

A União Popular Anarquista (UNIPA) convoca todos os companheiros e companheiras dos movimentos sindical, estudantil e popular, que tenham acordo político com o bakuninismo e desejem ingressar nos quadros da nossa organização, para a construção de Pró-núcleos da UNIPA por todo o país.

Além da propaganda, os Pró-núcleos da UNIPA atuam na luta de classes a partir da unidade teórica, estratégica e programática com a organização.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convocamos todos os companheiros e companheiras para se organizarem em torno de sua teoria e sua ideologia.

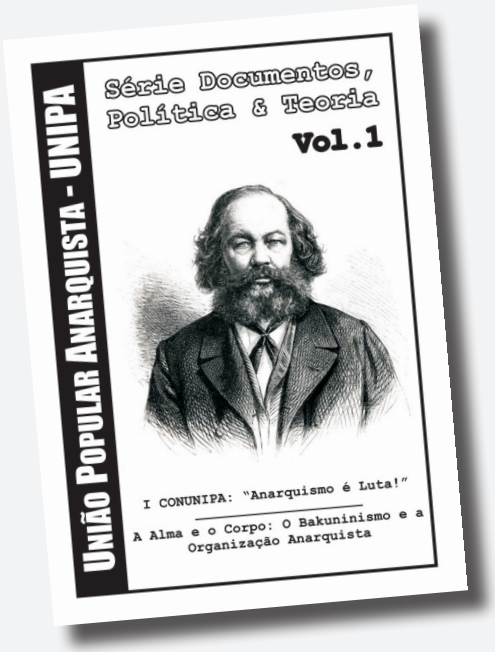
Entre em contato:

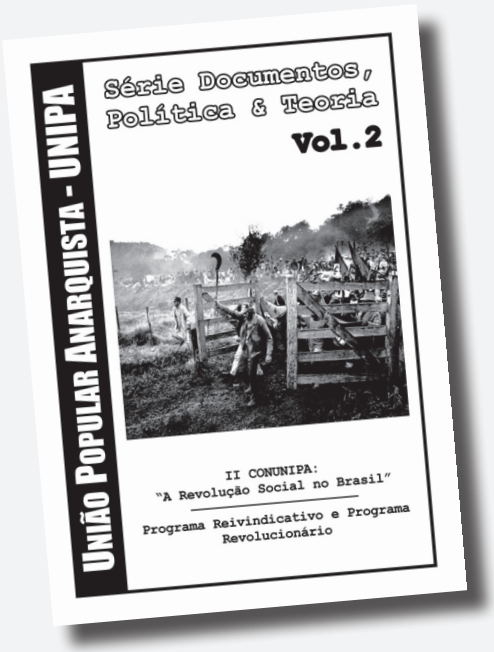
unipa_net@yahoo.com.br | www.uniaoanarquista.org

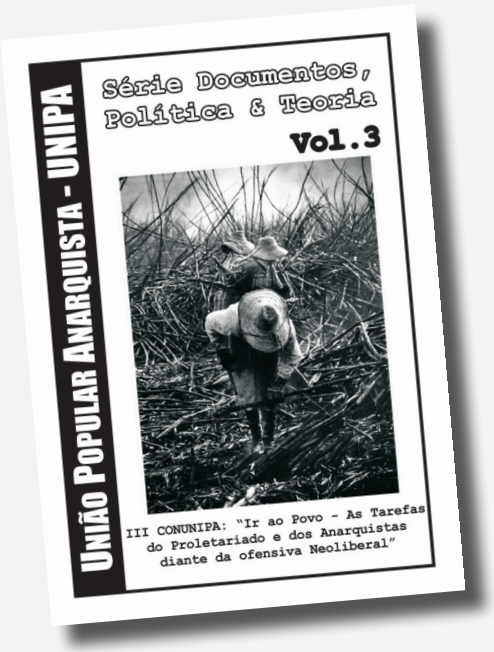
Pela construção da Revolução Proletária Socialista!

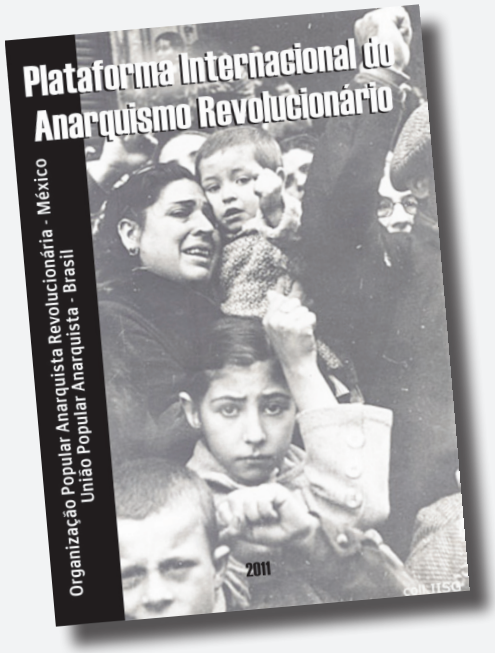
Acesse estas Séries e outros Documentos produzidos pela UNIPA em

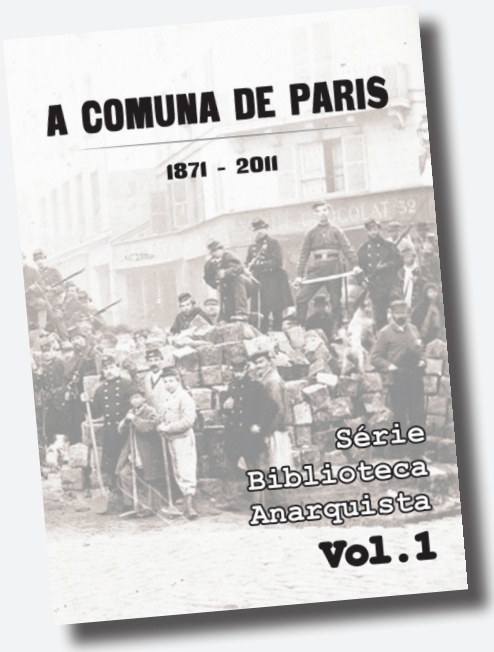
WWW.UNIAOANARQUISTA.ORG











Apoie a imprensa anarquista!

Leia, contribua e propagandeie o jornal

Causa do Povo

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA

Desde 2003

Via
COMBATIVA
PREPARAR A INSURREIÇÃO
DA CLASSE TRABALHADORA!